

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

ESTEVÃO KUNDE

**DINÂMICA SUCESSÓRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE
SÃO LOURENÇO DO SUL/RS: A SITUAÇÃO NA ÓPTICA DOS PAIS**

SÃO LOURENÇO DO SUL

2017

ESTEVÃO KUNDE

**DINÂMICA SUCESSÓRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE
SÃO LOURENÇO DO SUL/RS: A SITUAÇÃO NA ÓPTICA DOS PAIS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Coorientador: Tutor M.e. Jose Luis Abalos Junior

SÃO LOURENÇO DO SUL

2017

ESTEVÃO KUNDE

**DINÂMICA SUCESSÓRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE
SÃO LOURENÇO DO SUL/RS: A SITUAÇÃO NA ÓPTICA DOS PAIS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 04 de Dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky - Orientador

UFRGS

Profa. Dra. Daniela Dias Kuhn

UFRGS

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

UFRGS

AGRADECIMENTOS

A Deus por dar-me forças para seguir em frente iluminando meu caminho quando as dificuldades e angustias foram encontradas.

Aos meus pais que me trouxeram ao mundo, sendo meus educadores para vida.

Em especial a minha noiva Mônica, que foi compreensiva e uma incansável motivadora para a conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos que me apoiaram a estudar e seguir em frente.

Ao meu Orientador e ao meu Coorientador que me orientaram na construção deste trabalho, bem como a todos professores e tutores que me auxiliaram durante o curso.

De uma forma geral, agradeço a todos que de alguma forma se envolveram neste projeto que se conclui.

RESUMO

Este estudo foi realizado com objetivo de analisar o processo de sucessão familiar de agricultores familiares, com e sem sucessores, no município de São Lourenço do Sul/RS, avaliando o cenário por meio da percepção dos pais. O estudo conta com uma pesquisa de campo, com a aplicação de um questionário com os pais de filhos sucessores e não sucessores, os quais possuem idade superior a cinquenta anos. O trabalho foi realizado com 24 famílias de agricultores familiares, moradores da área colonial do município e estes foram divididos em grupos de famílias com sucessão e sem sucessão. Assim pôde-se caracterizar as famílias de agricultores familiares com e sem filhos sucessores na propriedade, além dos motivos que levam os filhos a permanecerem ou a deixarem o meio rural. Também analisou-se a influência da estrutura agrícola e das atividades exercidas no processo sucessório. Logo, é possível correlacionar entre famílias com e sem sucessão, aspectos como: a escolaridade, faixa etária, participação dos filhos na tomada de decisão, questões relacionadas ao gênero, ocupação dos filhos sucessores e não sucessores. Por fim, ainda foram gerados dados referentes a percepção dos pais em relação ao futuro do meio rural, formas de trabalho na atualidade, divisão de patrimônio, possibilidade de retorno dos filhos, a permanência na velhice. Assim, o trabalho contribui para uma análise geral dos aspectos relevantes que envolvem o processo sucessório na agricultura familiar no município de São Lourenço do Sul/RS.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Sucessão. Meio rural. São Lourenço do Sul.

ABSTRACT

The study was conducted in order to analyze the family succession process of family farmers, with and without successors, in the city of São Lourenço do Sul/RS, evaluating the scenario through the parents' perception. The study counts on a field research, with the application of a questionnaire with the parents of successors and not successors sons, who are over fifty years old. The work was carried out with 24 families of family farmers, residents of the colonial area of the county and these were divided into groups of families with succession and without succession. Thus, it was possible to characterize the families of family farmers with and without successor sons on the property, as well as the reasons that lead the sons to stay or to leave the countryside. Were also analyze, the influence of the agricultural structure and the activities carried out in the succession process. Therefore, it is possible to correlate between families with and without succession, aspects such as: schooling, age group, sons participation in decision making, issues related to gender, occupation of successors and non-successors sons. Finally, were still generated data on parents' perceptions regarding the future of the rural environment, forms of work nowadays, division of patrimony, possibility of return of sons, remaining in old age. Thus, the work contributes to a general analysis of the relevant aspects that involve the succession process in family farming in the county of São Lourenço do Sul/RS.

Keywords: Family farming. Succession. Countryside. São Lourenço do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de São Lourenço do Sul.....	17
Figura 2 - Mapa do Rio Grande do Sul com a localização de São Lourenço do Sul.....	20

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dinâmica populacional nas últimas décadas em São Lourenço do Sul/RS. ..	25
Gráfico 2 - Estrutura agrícola das famílias.....	37
Gráfico 3 - Local de residência dos filhos.....	38
Gráfico 4 - Escolaridade dos filhos das famílias com e sem sucessão.	39
Gráfico 5 - Participação dos filhos na tomada de decisão.	40
Gráfico 6 - Percentual de filhos, filhos sucessores e filhos não sucessores em relação ao gênero.....	40
Gráfico 7 - Formas de remuneração evidenciada para filhos sucessores e não sucessores.	41
Gráfico 8 - Faixa etária dos filhos sucessores.	43
Gráfico 9 - Atividade/ocupação dos filhos sucessores que residem no meio rural.	43
Gráfico 10 - Faixa etária dos filhos não sucessores.	46
Gráfico 11 - Atividade/ocupação dos filhos não sucessores.	46
Gráfico 12 - Percepção futura quanto a possibilidade de retorno dos filhos não sucessores.....	48
Gráfico 13 - Percepção dos pais quanto ao futuro da propriedade.	49
Gráfico 14 - Avaliação dos pais quanto as formas de trabalho atuais, no meio rural.	49
Gráfico 15 - Opinião dos pais quanto a agricultura familiar no município.....	50
Gráfico 16 - Maneira como será feita a divisão patrimonial com os filhos.	51
Gráfico 17 - Percepção futura quanto à permanência dos pais no meio rural.	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distritos utilizados para o estudo e percentual de sua população	17
Tabela 2 - Motivos que levaram os filhos a permanecerem no meio rural	44
Tabela 3 - Motivos que levaram os filhos a saírem do meio rural	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COOPAR	– Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul LTDA
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
ONU	– Organização das Nações Unidas
PIB	– Produto Interno Bruto
SIDRA	– Sistema IBGE de Recuperação Automática

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO SUL/RS	16
2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL.....	20
3 REVISÃO DA LITERATURA/CONTEXTO TEÓRICO	27
3.1 ÊXODO RURAL	27
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR	28
3.3 REPRODUÇÃO SOCIAL	29
3.4 SUCESSÃO FAMILIAR.....	30
3.5 MASCULINIZAÇÃO E ENVELHECIMENTO	31
3.6 JOVENS QUE PERMANECEM NO CAMPO.....	33
4 SUCESSÃO FAMILIAR E ÊXODO RURAL EM SÃO LOURENÇO DO SUL/RS ...	35
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	35
5 AGRICULTORES FAMILIARES COM SUCESSÃO, SEM SUCESSÃO E ANÁLISE GERAL QUANTO AO FUTURO	42
5.1 AGRICULTORES FAMILIARES COM SUCESSÃO	42
5.2 AGRICULTORES FAMILIARES SEM SUCESSÃO	45
5.3 ANÁLISE GERAL QUANTO AO FUTURO	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
ANEXO A - QUESTIONÁRIO	57

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discorre sobre questões relacionadas a uma problemática cada vez mais evidente no meio rural, que é a falta de sucessores para as propriedades. Esta falta é ocasionada pela evasão dos jovens do campo, os quais deixam o meio rural por diversos fatores. Também são avaliadas questões relacionadas aos motivos que levam os jovens a permanecerem no campo. Assim, coube a esta pesquisa apresentar dados relevantes sobre “a dinâmica sucessória na agricultura familiar do município de São Lourenço do Sul/RS: Um levantamento desta situação pela óptica dos pais”. Desta forma, pode-se conhecer os motivos que levam os jovens a permanecerem ou deixarem o meio rural do município.

Este trabalho apresenta diversas questões que envolvem a sucessão familiar na agricultura familiar, como: a permanência ou a saída dos filhos do meio rural, o envelhecimento e a masculinização do meio rural, questões de gênero, as formas de trabalho no meio rural, etc. As questões descritas foram contextualizadas com base na opinião dos pais de jovens que permanecem no meio rural, sendo estes possíveis sucessores, bem como de jovens que deixaram o meio rural, gerando incertezas quanto à sucessão das propriedades dos pais.

O município de São Lourenço do Sul é composto por um amplo meio rural, que atinge, conforme Lima (2006), cerca de 2.031,9 km² de área rural cabendo somente 13,9 km² para área urbana. Segundo Ludtke (2007), o meio rural é composto em sua maioria por propriedades com áreas pequenas dedicadas a agricultura familiar, que correspondem a aproximadamente 4.000 estabelecimentos.

Entre as atividades agrícolas existentes no município, pode-se dizer que o tabaco está fortemente inserido, porém outras culturas, tais como milho, soja, feijão, hortaliças, pecuária de corte, arroz e leite estão presentes e compõe o que pode-se chamar de agricultura diversificada (Lima, 2006).

Conforme apresentado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) por meio do censo demográfico, o município de São Lourenço do Sul vem apresentando redução da população rural no decorrer dos anos, indicando uma possível problemática de sucessão familiar. No ano de 1991, tinha-se 22.502 habitantes no meio rural, o que representava 54,09% da população total. Já no ano 2000, este número caiu para 20.228 habitantes, passando a representar 46,30% do total de habitantes. E no ano de 2010, este número reduziu ainda mais, chegando a 18.874 habitantes no meio rural do município, passando a corresponder a apenas 43,78% de um total de 43.111 habitantes.

Com base nestes dados, observa-se a problemática referente ao êxodo rural o qual pode estar parcialmente relacionado à evasão de jovens do meio rural, ocasionando a redução de sucessores para as famílias residentes no mesmo. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico, 2010), a população rural jovem residente no município, com faixa etária entre 15 e 29 anos corresponde a 23,1% da população total residente no meio rural, ou seja, 4.362 jovens. Este indicador demonstra que a população rural jovem está em menor quantidade, se comparada com a população urbana desta mesma faixa etária, a qual corresponde a 24,7% da população urbana, ou seja, 5.500 jovens.

Embora a vida no meio rural esteja mais fácil nos dias atuais, visto a disponibilidade de melhores ferramentas de trabalho, meios de transporte, meios de comunicação, entre outros, ainda existem situações a serem discutidas para permanência do jovem no campo. Com base no estudo de Matte e Machado (2010), pode-se descrever que a grande maioria dos jovens desiste do meio rural, devido a fatores como: à dificuldade em obter terra, baixa renda, ausência de incentivo dos pais, comparação entre o urbano e rural, dificuldade do trabalho, impossibilidade de constituir novas famílias, desigualdade de gênero, acesso ao estudo e expectativa profissional.

Possivelmente grande parte dos jovens deixa o meio rural em busca de melhoria da qualidade de vida e valorização pessoal. Muitos jovens deixam o meio rural para estudar ou encontrar uma situação de vida mais favorável, com a ideia de um dia voltar à vida no campo, porém acabam desistindo desta ideia com a ilusão de que a vida na cidade é melhor e mais promissora.

Sendo assim, a proposta deste trabalho foi desenvolver uma pesquisa que forneça resultados expressivos sobre a sucessão familiar no município de São Lourenço do Sul, tendo como pergunta norteadora: quais os fatores que estimulam a permanência ou saída dos filhos de agricultores familiares do meio rural no município de São Lourenço do Sul/RS, na visão dos pais?

A pesquisa sobre o tema sucessão familiar é uma importante ferramenta para percepção do futuro do meio rural do município. A utilização de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, quanto a existência ou não de sucessores familiares na agricultura familiar de São Lourenço do Sul, permite realizar suposições quanto ao futuro do meio rural do município, principalmente para o cenário agropecuário de produção de alimentos. A pesquisa possibilitou identificar as principais atividades desenvolvidas pelos filhos dos agricultores, bem como as projeções futuras de atividades praticadas pelos mesmos.

Conforme Spanevello (2008), esse tema é importante para o desenvolvimento rural, visto que a agricultura familiar é responsável pela produção de boa parcela dos alimentos de subsistência no país, além de gerar empregos, preservar o meio ambiente e manter as relações sociais. Neste caso, com a saída de muitos jovens do meio rural surge a falta de sucessores, subentendendo-se que a produção agropecuária será reduzida, prejudicando principalmente a produção de alimentos. Spanevello (2008) ainda descreve, conforme exposto pelos próprios agricultores, que a produção diversificada de alimentos, batata, milho, feijão, verduras, etc, é produzida pelos pequenos agricultores familiares.

A pesquisa em questão apresenta um levantamento de dados representativos de todo município. Além disso, aborda a sucessão familiar por meio da percepção dos pais, os quais puderam fazer uma autoanálise quanto às atividades econômicas praticadas, que estimularam a saída ou permanência dos jovens no campo.

A realidade atual tem estimulado o levantamento destes dados com o intuito de que possam ser analisados para gerar alternativas futuras para a problemática em questão. Podendo ainda servirem para consulta pela população em geral, e também por órgãos públicos visando a tomada de decisões quanto a correta destinação de recursos que objetivem a permanência dos jovens no campo, bem como o desenvolvimento rural.

O objetivo geral deste trabalho, foi analisar o processo de sucessão familiar de agricultores familiares, com e sem sucessores, no município de São Lourenço do Sul/RS, avaliando o cenário por meio da percepção dos pais. O trabalho buscou também caracterizar as famílias de agricultores familiares, identificando fatores determinantes para a saída do(s) filho(s) da propriedade, quando houve a saída de pelo menos um filho. Além disso, buscou-se verificar e analisar os fatores determinantes para a permanência do(s) filho(s) na propriedade, quando houve a permanência de pelo menos um filho. E também, avaliar a influência da estrutura agrícola e do tipo de atividade desenvolvida na propriedade em relação a permanência ou saída dos jovens do meio rural.

O presente trabalho inicia-se com esta introdução, a qual traz informações gerais sobre o trabalho. O próximo capítulo, está dividido entre os procedimentos metodológicos, (apresentação dos métodos utilizados para o desenvolvimento do trabalho) e a caracterização do município, composta pela apresentação de dados gerais, bem como da contextualização histórica do município. Em seguida, no capítulo 3, apresenta-se o referencial teórico utilizado, o qual aborda conceitos como: êxodo rural, agricultura familiar, reprodução social, sucessão familiar, masculinização, envelhecimento e jovens que permanecem no campo. No capítulo 4 são caracterizadas as famílias de agricultores entrevistados, apresentando a faixa etária,

escolaridade, localização, estrutura agrícola, produção agropecuária, entre outros. Logo, no capítulo 5, são apresentados dados levantados pela pesquisa de campo, que possibilitam uma análise individual das famílias de agricultores familiares com e sem sucessão, além de diversos dados sobre questões futuras que envolvem os pais, a propriedade rural e a agricultura familiar. Por fim, o trabalho apresenta as considerações finais referentes a conclusão da pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO SUL/RS

A seguir são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para realização desta pesquisa, bem como a caracterização do município de São Lourenço do Sul – RS. O presente trabalho visou a construção de uma pesquisa que abordasse aspectos relevantes sobre os motivos que levam os jovens a permanecer, bem como os motivos que levam os mesmos a deixarem o meio rural. Neste caso, surge uma possível problemática referente à sucessão familiar no meio rural do município.

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é composta por um levantamento de dados gerados através de abordagens qualitativas e quantitativas. Desta forma, a pesquisa qualitativa busca revelar a realidade da situação, com enfoque nas relações sociais, para o entendimento da problemática em questão. Por meio da aplicação de um questionário com os pais na propriedade almejou-se descrever, compreender e explicar a situação sucessória da propriedade.

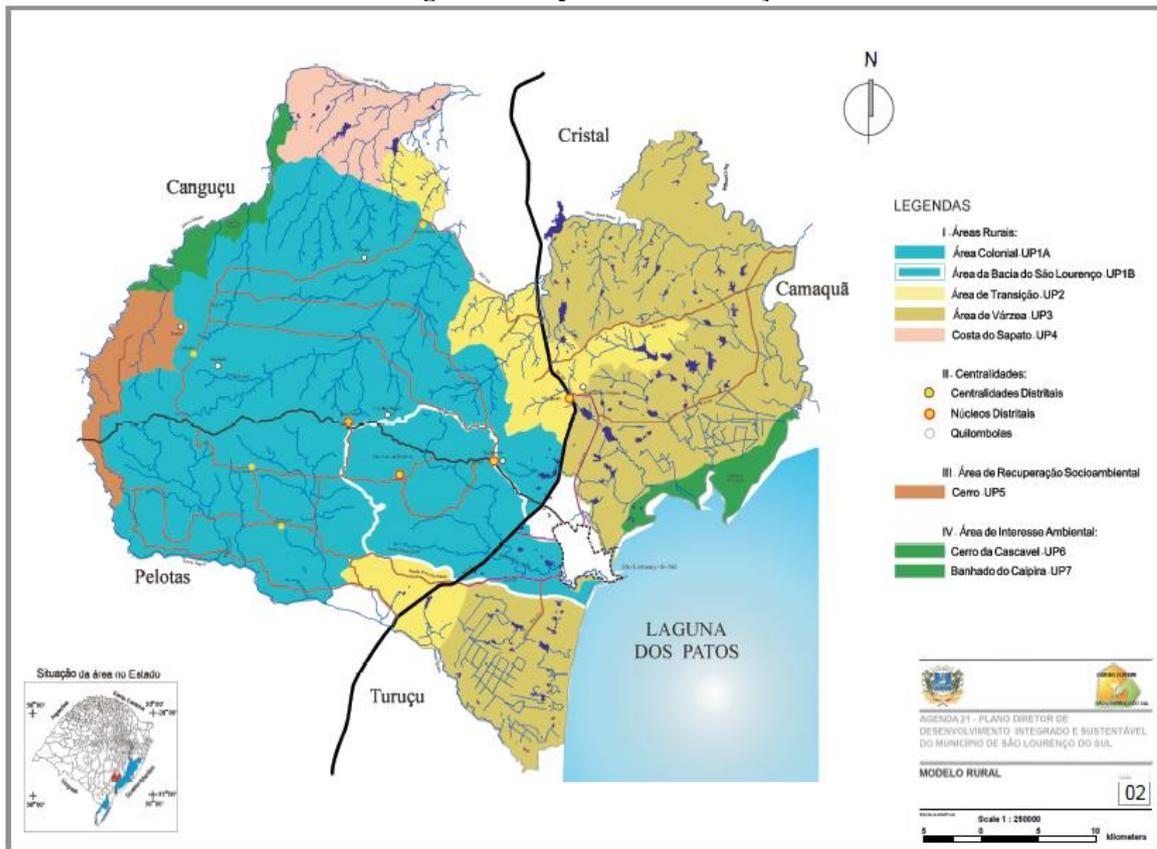
O enfoque quantitativo aponta para dados que foram obtidos por meio de fontes como IBGE, através dos censos, além de outros dados que também puderam ser quantificados, sendo estes obtidos por meio da pesquisa. Com isso foi possível contextualizar os dados dos censos com os dados empíricos.

Com a aplicação da pesquisa objetiva-se a geração de novas informações a fim de auxiliar no entendimento dos motivos que levam os jovens a sair do campo na visão dos pais. Desta forma o trabalho apresenta uma forma básica de pesquisa quanto a sua natureza e conta com um método de pesquisa exploratória para obtenção de seus objetivos. Assim, foi possível se inteirar da situação para que esta pudesse ser explicitada facilitando seu entendimento.

Como procedimento para realização do estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que conta com diversos materiais publicados em fontes diversas, e também a pesquisa de campo para enriquecimento do estudo com dados empíricos.

A pesquisa de campo foi realizada no cenário referente à área colonial do município, a qual está representada pela área em azul na Figura 1, e aborda questões relacionadas a sucessão familiar na agricultura familiar. A escolha deste cenário se dá em virtude de que a agricultura familiar do município encontra-se concentrada nesta região, conforme destacado por Lima (2006).

Figura 1 - Mapa de São Lourenço do Sul



Fonte: Plano Diretor Municipal, 2017.

A área em estudo abrange seis distritos do município, os quais estão descritos na Tabela 1. Cabe destacar, que estudo não atingiu o 5º distrito (Prado Novo) o qual possui um percentual de 0,85% da população e o Distrito Sede com um percentual de 52,31% da população. Estes não foram incluídos por contemplarem em sua maioria grandes propriedades rurais (Hammes, 2000).

Tabela 1 - Distritos utilizados para o estudo e percentual de sua população

Distritos	Habitantes por Km ²	% da população
1º Boqueirão	15,58	9,04
2º Taquaral	12,64	7,27
3º Esperança	10,53	6,64
4º Harmonia	14,87	12,35
6º Boa Vista	19,18	5,28
7º Faxinal	21,58	6,36
Total	-	46,94

Fonte: Hammes, 2000.

Os participantes do estudo são os agricultores familiares moradores do interior do município de São Lourenço do Sul/RS. A amostragem da população foi feita através da seleção de 24 famílias (quatro famílias por distrito), sendo estas divididas em dois grupos, os que possuem sucessão e os que não possuem mais sucessão. Justifica-se a escolha de 24 famílias para geração de uma melhor análise estatística e a divisão destas em quatro famílias por distrito para se obter uma amostragem mais uniforme para análise.

As famílias foram incluídas na amostra através de convite, utilizando como critério de inclusão, as famílias que possuem pais que apresentem idade igual ou acima de 50 anos. A escolha deste critério se dá em virtude de que com esta idade a sucessão ou a falta de sucessão já possa estar definida nas famílias (Spanevello, 2008). A escolha destes dois grupos se dá a fim de possibilitar a avaliação dos motivos que influenciam determinados jovens a ficar no meio rural, bem como determinados jovens a irem embora deste meio, na visão dos pais.

Como critérios para seleção das famílias, além da idade dos pais, é necessário que sejam agricultores familiares e moradores da área colonial de São Lourenço do Sul/RS. Cabe ressaltar que a seleção das famílias ocorreu por meio de visitas nas propriedades, buscando identificar a existência ou ausência de filhos, bem como a idade dos pais. Cabe salientar que o autor do trabalho já tinha um conhecimento prévio sobre algumas famílias, visto que trabalha diariamente no meio rural do município. Caso se enquadrassem nos critérios definidos, o assunto sucessão familiar era apresentado às famílias, avaliando a existência ou não de sucessão familiar e os motivos da saída ou permanência do jovem no meio rural.

Quanto à avaliação da existência ou não de sucessão familiar, leva-se em conta que as formas de sucessão familiar são muitas e variáveis. De acordo com Gasson e Errigton (1993), estas podem ser:

- O filho sucessor mora em um outro estabelecimento separado do pai, e geri o mesmo de forma independente na tomada de decisão e financeira, assumindo o estabelecimento do pai em caso de aposentadoria.

- O filho possui um estabelecimento separado e possui boa autonomia na sua atividade, a qual aprendeu com o pai. Possui relativa independência financeira, possibilitando a construção de algum capital próprio.

- Filho e pai moram juntos e trabalham como parceiros e com o passar do tempo o filho vai aumentando sua responsabilidade na tomada de decisão, em acordo com o pai.

- O filho mora com seu pai e sua família, convivendo e trabalhando no mesmo estabelecimento por muitos anos, porém, participa muito pouco das decisões. Desta forma, em

caso de morte ou aposentadoria o filho assume o estabelecimento, porém com pouca experiência.

A pesquisa conta com a consulta a dados primários, ou seja, os dados coletados por meio pesquisa de campo, exemplo: faixa etária, escolaridade, atividade exercida, etc. E também, com a coleta de dados secundários, os quais serão obtidos por meio de fontes já estudadas e publicadas.

Desta forma, após a seleção das famílias, realizou-se a aplicação de um questionário pré-elaborado, composto por perguntas fechadas e abertas. Além disso, objetivou-se a interação com os agricultores, o reconhecimento local e a identificação das principais atividades econômicas da propriedade, bem como da atividade escolhida pelo filho(a) sucessor, para se ter um entendimento mais abrangente da realidade empírica.

Foram abordados temas como: a influência da atividade exercida pelos agricultores com relação a existência ou não de sucessão; com relação a estrutura agrícola de trabalho, se há ou não existência de sucessão; questões relacionadas a participação dos jovens na tomada de decisões e quanto a remuneração pelo trabalho exercido pelos jovens na propriedade. De uma forma geral, o questionário abordou principalmente questões fechadas que possibilitaram que os entrevistados (os pais) apontassem os motivos que levaram seus filhos a permanecerem ou deixarem o meio rural.

Com a aplicação do questionário aos pais, em famílias de agricultores familiares com e sem sucessão familiar, foi possível avaliar diversos fatores, dentre eles, pode-se destacar:

- gênero: será analisado se há uma predominância de sucessores do sexo feminino ou masculino;
- grau de escolaridade dos filhos: será avaliado o nível de escolaridade dos filhos sucessores e não sucessores;
- atividade agrícola: quanto às atividades desenvolvidas pelos pais e pelos filhos será avaliado se há influência da atividade na ocorrência ou não de sucessão e também se os filhos optam por seguir ou não na mesma atividade;
- estrutura agrícola das propriedades: será avaliada se esta influencia as escolha dos filhos;
- formas de remuneração e participação nas tomadas de decisão: será avaliado de forma subjetiva, se estas tiveram influência na escolha do(s) filho(s).

Muitos destes dados são apresentados em forma de gráficos ou tabelas para sua melhor visualização e interpretação.

Por meio da análise de dados qualitativos são avaliados fatores determinantes para a permanência ou saída do(s) filhos(as) da propriedade rural, na visão dos pais. Para realização

também dá acesso a grande maioria dos distritos do município, por cortar ao meio a área colonial. E também, por meio da BR-116 que corta o município sentido norte-sul, permitindo facilmente a ligação com os municípios de Pelotas e Porto Alegre (Lima, 2006).

A BR-116 divide o município em duas regiões conforme seu relevo, separando as áreas de planícies das áreas de planalto. Desta forma, na parte leste-sul, encontra-se a região denominada de planície costeira sul-brasileira, sendo caracterizada por área de várzea composta por terrenos sedimentares, associada uma série de corpos d'água. Já no lado oposto à planície costeira, tem-se o escudo sul-riograndense, ou conforme seu contexto geomorfológico região do embasamento cristalino. Esta região também é conhecida como Serra dos Tapes e contempla basicamente a área colonial do município, a qual foi representada na cor azul na Figura 1 (Lima, 2006).

Colonizada por europeus, principalmente alemães e pomeranos, a região colonial do município compõe-se de uma topografia acidentada, composta por relevo levemente ondulado, que se divide por canais de drenagem de pequeno porte relativamente densos. (Lima, 2006).

Como mencionado anteriormente a área colonial também é chamada de Serra dos Tapes. O surgimento deste nome foi originado devido a existência de um grande número de índios pertencentes a “tribo Tapes, um ramo Guarani de origem amazônica, e das tribos Minuanos e Charruas” (Costa (1984) *apud* Lima 2006). A existência de povos indígenas é omitida em se tratando da história do município, devido à inexistência de conflitos com os colonizadores europeus. Por outro lado, fortes indícios demonstram a ocupação de povos nativos, nos primórdios que antecedem a ocupação dos europeus, como a utilização de nomes como, arroio Carahá, que é de origem tupi-guarani bem como a descoberta na área rural do município, de pontas de flechas e outros artefatos COSTA (1984) *apud* Lima (2006).

Costa (1984) *apud* Lima (2006) “descreve que o maior fator de relevância sobre a existência de índios na região em épocas remotas, é que parte do atual município de São Lourenço do Sul está situado na região chamada de “Serra dos Tapes”.

Em termos históricos da ocupação do solo, cabem as seguintes observações: as terras baixas foram ocupadas primeiramente pelos portugueses, que se dedicavam a atividade pecuária, para produção de charque e as terras dobradas, da chamada Serra dos Tapes, foram ocupadas a partir de 1858, pelos imigrantes alemães/pomeranos, que favoreceu a diversificação da produção (Lima, 2006, p. 16).

A colonização de São Lourenço do Sul foi idealizada por Jacob Rheingantz, que assentou nestas terras em 1858, imigrantes europeus. Estes imigrantes eram oriundos em sua grande maioria das províncias prussianas da Pomerânia e em menor quantidade da Renânia e de outras regiões teutas. O povo foi assentado nas coxilhas da serra dos Tapes, em uma região considerada uma ilha agrícola em meio a mata virgem, cercada de luso brasileiros criadores de gado na área de planície (Hammes, 2014).

Segundo Neves (2009) os imigrantes recém-chegados das diversas regiões da Alemanha receberam áreas com aproximadamente 22 hectares de terra. Estes colonos trouxeram consigo a experiência do trabalho agrícola familiar, com base na produção de batatas inglesas e atividades fabris.

Como já mencionado anteriormente, o São Lourenço do Sul possui a predominância da agricultura familiar e o trabalho agrícola baseado na diversificação de culturas. De acordo com o IBGE - Censo Agropecuário (2006), o município é composto por 4.327 estabelecimentos rurais, dos quais 88,10% correspondem a estabelecimentos da agricultura familiar, a qual utiliza cerca de 44,83% da área total a qual corresponde a 171.900 ha. Neste caso, é possível observar que 11,9% dos estabelecimentos que não são estabelecimentos familiares, utilizam 55,17% da área total.

Desta forma, o município é dividido por produções distintas entre a área de planície e de planalto. Na área de planície basicamente ao longo da BR 116, no seu lado esquerdo, sentido Porto Alegre - Pelotas, são produzidos soja, arroz, leite e gado de corte. Na região da serra a ocupação é feita pela agricultura de base familiar, com o uso intensivo da mão de obra, destacando-se pela pecuária leiteira, e pelos cultivos do tabaco, milho, feijão, batata e hortaliças (Lima, 2006).

No período de 1800 a 1910 o município viveu um período de formação das estâncias, que ocorreu através da doação de sesmarias (lote de terras abandonadas). Desta forma, portugueses e açorianos ou (luso brasileiros), assentaram-se junto a área de planície nas margens da lagoa dos patos. Estas correspondiam a médias e grandes propriedades utilizadas primeiramente na pecuária extensiva para produção do charque. Cabe lembrar que a formação destas estâncias na região de planícies estava fortemente ligada a presença militar, pois os militares recebiam terras como gratificações por suas vitórias nas lutas no Rio Grande do Sul (Bosenbecker, 2011).

Havia grande interesse por estas regiões de planície, pelo fato de serem altamente propícias para criação de gado e a produção do pasto. No entanto, a área que correspondia à região do planalto, não era do interesse de nenhum latifundiário, pois não havia possibilidade

de criação de gado em áreas onde a topografia era acidentada e composta basicamente por matas (Lima, 2006).

Posteriormente, entre os anos de 1910 a 1920, no período conhecido como contemporâneo inicial, São Lourenço do Sul passou a trabalhar com a cultura do arroz irrigado. Especificamente no ano de 1919 em torno de 247 toneladas de arroz teriam sido exportadas do município. “A produção de arroz evolui tanto que no ano de 1941 a safra atingiu a produtividade de 24.000 toneladas de arroz” (Hammes, 2014).

Contextualizando historicamente a produção agrícola familiar do município, destaca-se a produção de batatas como a atividade agrícola de maior impacto econômico entre os séculos XIX e parte do século XX. Cultivada principalmente pelos agricultores familiares, a batata levou o município a ser considerado o maior produtor do Brasil (Reichert et al. 2011).

Segundo Lima (2006) por um determinado tempo, a batata foi o produto que alavancou o município e principalmente a agricultura familiar. Foi o produto mais importante do município, sendo exportado para diversas regiões do Brasil e exterior. O município chegou a ser considerado o maior produtor da América Latina, porém, atualmente não possui destaque nem no estado do Rio Grande do Sul. O declínio da atividade produtiva da batata chegou por volta de 1980, com a dificuldade de comercialização e crescimento da fumicultura (Lima, 2006). Segundo Pereira e Daniels (2003) *apud* Reichert *et al.* (2011, p. 140) o declínio da atividade da batata estava relacionado com:

[...] os custos crescentes de produção, a baixa capacidade competitiva, em relação às produções do centro do país, e o elevado padrão do produto no mercado nacional, obtido pelo uso de tecnologias incompatíveis com o modelo da agricultura familiar praticado na região de estudo.

O fumo surgiu junto ao processo de enfraquecimento da atividade agrícola da batata e surgiu como alternativa para os pequenos agricultores da região, com a promessa de retorno financeiro para pequena propriedade. Desta forma, as propriedades que eram diversificadas (policultivo), passaram a ter mais uma atividade econômica, a fumicultura (Dietrich, 2011).

A fumicultura teve seu início por volta da década de 1990, através do incremento de crédito pelas indústrias fumageiras. O crédito era disponibilizado para construção de estufas de secagem e cura do fumo, bem como os insumos para o começo da produção (Dietrich, 2011). A produção de fumo aumentou tanto em São Lourenço do Sul/RS que o no ano de 2008 o município chegou a ser o terceiro maior produtor de fumo do Brasil, ranking que se conserva até hoje (Afubra 2009 *apud* Dietrich, 2011).

Conforme Carvalho (2013) pode-se dizer que a fumiicultura se firmou bastante, diante do sistema agrário do município. Isto ocorreu devido à alta rentabilidade por área plantada e comercialização garantida. Desta forma, o fato pode ser entendido, devido a predominância, propriedades com área menor que 50 ha ou seja, onde o sistema agrário é composto em sua maioria por pequenas propriedades familiares. Assim, cabe destacar que o município continua com o mesmo formato de divisão entre os grandes produtores de arroz e gado na região de planície, e agricultura diversificada com enfoque para produção de fumo e leite na área colonial (Serra dos Tapes).

A atividade do leite no município também merece destaque por possuir grande importância econômica no município envolvendo aproximadamente 2.000 famílias (Lima, 2006). Também é importante relatar a criação da COOPAR (Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul LTDA). Criada no ano de 1992 auxiliou na organização da cadeia produtiva, garantindo a comercialização dos produtos agrícolas da região. A cooperativa trabalha fortemente com a atividade do leite e derivados, além de produtos como soja, milho e feijão (Lima, 2006).

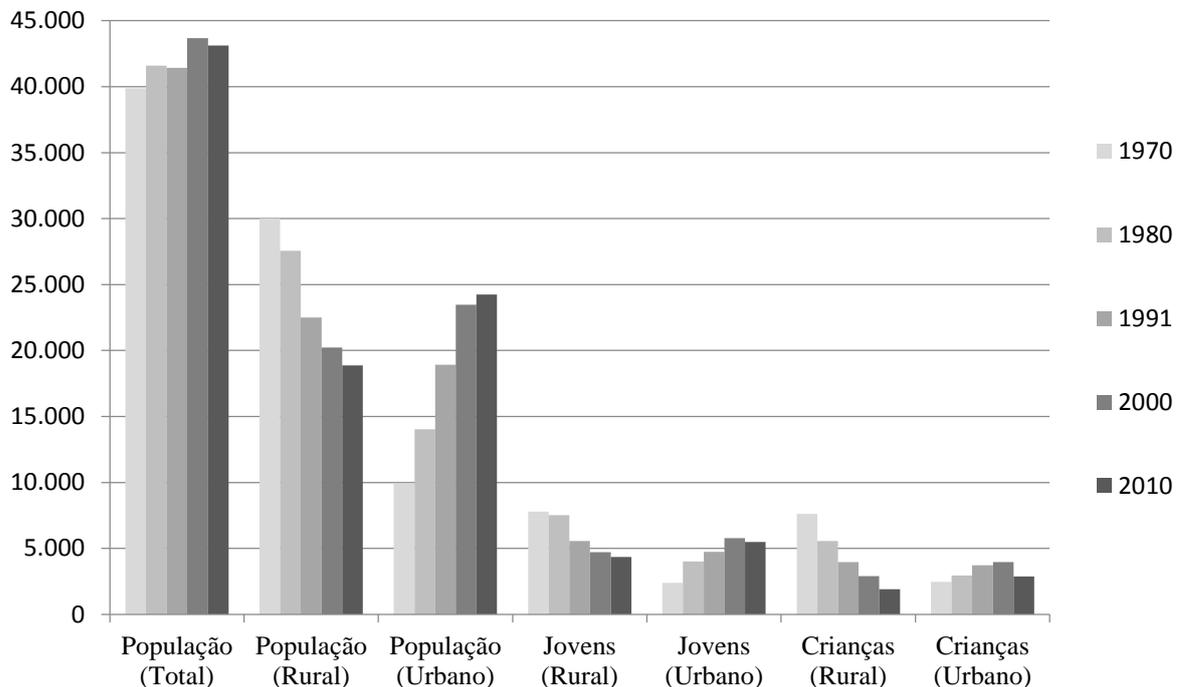
Conforme os dados do IBGE, é possível destacar alguns indicadores econômicos do município. No ano de 2014, o setor agropecuário do São Lourenço do Sul teve uma contribuição em torno de 31% do PIB (Produto Interno Bruto)¹. O PIB contempla além do setor agropecuário setores como: indústria, serviços, impostos, administração e serviços públicos. Já com relação ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)², o município vem apresentando elevação no decorrer das últimas décadas. No ano de 1991 o IDH do município era de 0,469, no ano 2000, o indicador aumentou para 0,589 e no ano de 2010, o IDH atingiu um índice de 0,687, ficando um pouco abaixo da média do estado que é de 0,746 em 2010. Segundo o Atlas socioeconômico, o IDH é uma medida usada para classificar o nível de desempenho econômico associado a qualidade de vida.

Em relação à população do município, é possível destacar por meio do gráfico a seguir (Gráfico 1) diversos fatores relevantes sobre as alterações populacionais do município no decorrer das últimas décadas. Os dados utilizados são provenientes do IBGE – Censo Demográfico.

¹O PIB (Produto Interno Bruto) é um indicador que corresponde a soma em valor monetário de todos bens e serviços de um determinado período de tempo. O PIB é determinado pelo IBGE, o qual utiliza uma metodológica recomendada da ONU, baseada em um minucioso levantamento e sistematização de informações (Lourenço e Romero, 2002).

² Segundo o Atlas socioeconômico, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é uma medida usada para classificar o nível de desempenho econômico associado a qualidade de vida. Criado pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1990, é publicado anualmente desde 1993 sendo constituído por dimensões como saúde, educação e renda. O IDH varia em uma escala que vai de 0 a 1.

Gráfico 1 - Dinâmica populacional nas últimas décadas em São Lourenço do Sul/RS.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em SIDRA/IBGE (2010).

Desta forma, na primeira coluna, apresenta-se a população total, a qual não sofreu grandes variações nas últimas décadas, atingindo em 2010, 43.111 habitantes, conforme o IBGE. Em seguida, são apresentadas as populações rural e urbana do município, cabendo destacar a forte mudança de cenário envolvendo estas. Assim observa-se um forte declínio da população rural, a qual na década de 1970 era de 29.994 habitantes, reduzindo-se para 18.874 em 2010. Logo após são apresentados dados sobre a população jovem, com faixa etária entre 15 e 29 anos. Neste caso, é possível observar novamente uma grande redução da população rural desta faixa etária e o aumento da população urbana, porém um pouco menos acentuada no ano de 2010. É possível destacar ainda, que a migração da população rural para o meio urbano é visível conforme o Gráfico 1, porém com menor intensidade nas últimas décadas.

Nas duas últimas colunas, evidencia-se a redução da taxa de fecundidade, a qual é descrita na revisão da literatura por Abramovay e Camarano (1998) como sendo uma das fontes da redução da população rural. Nestas colunas, é possível ver a redução do índice de crianças nascidas em cada década, por meio da contagem populacional de crianças de zero a dez anos. Comparando as duas colunas, observa-se que o meio urbano não teve um aumento tão expressivo como visto nas comparações anteriores, além de apresentar uma pequena redução no ano de 2010. É possível ainda supor, que houve êxodo migratório no município,

onde uma pequena parte da população teria migrado para outros municípios. Este fato evidencia-se pela redução da população total, bem como da população de jovens e crianças do meio urbano.

3 REVISÃO DA LITERATURA/CONTEXTO TEÓRICO

Em seguida é apresentada a revisão da literatura, a qual é caracterizada por conceitos ligados ao tema sucessão familiar na agricultura. Os conceitos utilizados foram: êxodo rural, agricultura familiar, reprodução social, sucessão familiar, masculinização, envelhecimento e jovens que permanecem no campo.

3.1 ÊXODO RURAL

O êxodo rural, o qual também implica na falta de sucessão familiar para as famílias de agricultores gera grande preocupação. Esta problemática pode ser comprovado por meio de uma consulta a dados estatísticos do meio rural brasileiro. Estes dados evidenciam o aumento do êxodo rural no decorrer dos anos, o qual é ocasionado principalmente pela saída da população jovem do campo (Spanevello, 2008). Conforme dados levantados por Beltrão *et al.* (2004) *apud* Spanevello (2008), a população rural do Brasil vem apresentando grande diminuição desde a década de 1960. Somente no período entre 1991 e 2000, cerca de 4 milhões de pessoas deixaram o meio rural.

Abramovay e Camarano (1998) apontam para uma redução da população rural do Brasil, entre os anos de 1960 e 1980, a qual atingiu um êxodo de cerca de 27 milhões de pessoas. Poucos países no mundo conheceram um volume migratório tão acentuado em um curto espaço de tempo. Para Anjos e Caldas (2005) a justificativa para uma migração tão expressiva, condiz com o momento vivenciado naquele período, o auge da “modernização da agricultura”. Neste momento houve o incremento de um forte programa de crédito para utilização na agricultura, em prol de um aumento expressivo da produção agrícola.

O crescimento da produção agrícola gerou o aumento das áreas cultivadas e intensificação da produtividade, pelo alto uso de pacotes tecnológicos modernos. Neste caso, os grandes latifundiários aumentavam suas fronteiras agrícolas, fazendo a população agrícola com menos ocupação de área, diminuir acentuadamente, principalmente na categoria dos titulares, os quais não recebiam o mesmo incentivo dos grandes latifundiários (Abramovay e Camarano, 1998).

Com relação à região Sul do Brasil, na década de 1970 possuía uma população rural de 9.193.066 (55,7% do total) e se viu reduzida para apenas 4.785.617 habitantes (19,1% do total) no ano 2000 (Anjos e Caldas, 2005). A desruralização brasileira passou a desacelerar somente a partir do ano de 1980, seguindo pela década de 1990, devido principalmente à

redução da taxa de fecundidade. Neste caso, embora o êxodo rural continue acontecendo, o mesmo diminuiu sua intensidade nas últimas décadas (Abramovay e Camarano, 1998).

Tratando de questões referentes à redução da população jovem, de acordo com Abramovay e Camarano (1998), “são cada vez mais jovens os que tem deixado o campo”. O meio rural da região Sul do país contempla dados que apontam para um forte aumento da expectativa de vida associado à baixa taxa de fecundidade para justificar a redução da população (igual ou inferior a 14 anos). No ano de 1980 a população desta faixa etária correspondia a 39,93%, reduzindo-se para 28,61% no ano 2000 (Anjos e Caldas, 2005).

No estado do Rio Grande do Sul, conforme o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia - IBGE (2010) *apud* Matte e Machado (2016), entre os anos de 1970 e 2010, o estado apresentou uma forte redução da sua população jovem, com idades entre 15 e 29 anos. Na década de 1970, o Rio Grande do Sul possuía uma população de jovens correspondente a 832.045 jovens. Já no ano de 2010, este número cai para 336.060 jovens, ou seja, uma redução de 60%. Um valor bastante acentuado, para uma análise de cinco décadas. Se comparado com a população total do estado do Rio Grande do Sul, o número de jovens existentes no meio rural corresponde somente a 3,1%.

Conforme apresentado na problemática da pesquisa, o município de São Lourenço do Sul vem reduzindo sua população rural nas últimas décadas, onde parte desta redução envolve os jovens. Sendo um município composto por sua grande maioria de agricultores familiares, esta redução de possíveis sucessores traz preocupações referentes ao futuro do meio rural da região e a produção de alimentos diversificados.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, por meio da Lei nº 11.326/2006, agricultor familiar é considerado como o indivíduo que pratica atividades no meio rural possuindo mão de obra própria da família, possui área de até quatro módulos fiscais, renda obtida do próprio estabelecimento rural e gerido pela própria família. Na concepção de Tedesco (2001) *apud* Spanevello (2008) a definição de agricultura familiar pode ser entendida como as formas de trabalho na terra com o uso da mão de obra da família, com base na lógica dos fatores de produção, valores e tradição.

Segundo Ludtke (2007) a agricultura familiar é responsável por boa parte da produção de alimentos em diversas partes do mundo. Esta é assim chamada, principalmente por sua forma de exploração, a qual utiliza somente a mão de obra da família para os cultivos e

criações produzidos em pequenas propriedades. Cabe ainda destacar que a agricultura familiar possui uma característica de produzir alimentos para seu próprio consumo. Porém, atualmente a agricultura familiar depende de diversos mercados, para os quais comercializa sua produção garantindo sua reprodução social e econômica.

Gasson e Errington (1993) descrevem detalhadamente as definições de agricultura familiar, que são: a gestão é feita própria família, a família mora no estabelecimento possuindo laços de parentesco, a responsabilidade sobre investimentos é de toda família, a mão de obra é familiar e o patrimônio e a gestão são repassados para as gerações seguintes.

Desta forma, a agricultura familiar pode ser contextualizada na visão dos diversos autores citados, como uma forma de trabalho que envolve a família, ocorrendo em pequenas propriedades, afim da obtenção do sustento. Assim, conforme Brumer (2001) *apud* Spanevello (2008) o agricultor familiar se diferencia do empresarial capitalista, visto que este possui maior flexibilidade na tomada de decisões para aplicação de capital.

3.3 REPRODUÇÃO SOCIAL

Uma terminologia bastante utilizada ao se abordar o tema sucessão familiar é a reprodução social, a qual trata sobre aspectos referentes aos arranjos reprodutivos das famílias. Tais arranjos englobam aspectos como trabalho, família e gestão dos estabelecimentos, os quais (Lamarche, 1993 *apud* Spanevello, 2008) apontam como questões complexas que surgem a fim de garantir a continuidade dos estabelecimentos.

Para Spanevello (2008, p. 39) “[...] a noção de reprodução social pode ser considerada uma questão importante, geralmente abordada através da preocupação com a continuidade das instituições e grupos sociais”. Brumer e Anjos (2008) descrevem que diversos estudos sobre reprodução social “preocupam-se com as formas pelas quais se dá a continuidade de estruturas, práticas e instituições sociais”. De acordo com Matte e Machado (2016, p. 134) “[...] é por meio da característica referente à passagem do patrimônio e da gestão do estabelecimento familiar ao longo das gerações que a agricultura familiar assegura a sua reprodução social ou a sua continuidade.

Conforme Almeida (1986), a reprodução social possui uma divisão correspondente a dois movimentos: a reprodução anual, ou de ciclo curto, e reprodução intergeracional, ou de ciclo longo. A reprodução de ciclo curto compreende de uma maneira geral questões ligadas à lógica econômica familiar anual. Já a reprodução de ciclo longo ou intergeracional como pode ser chamada envolve o repasse do estabelecimento dos pais para os filhos, ou seja, a formação

de novos agricultores como sucessores. Neste caso, levando em conta uma reprodução de ciclo longo, identifica-se que na agricultura familiar, a reprodução das propriedades ocorre através da sucessão familiar. Segundo Gasson e Errington (1993) a reprodução social de ciclo longo, é um processo dinâmico que engloba três fases: sucessão, herança e aposentadoria dos pais.

Na concepção de Gasson e Errington (1993) *apud* Spanevello (2008, p. 45) para formação de um sucessor, além da socialização do indivíduo, que vai dos estudos quando criança até a transferência gradual e posteriormente total do estabelecimento, outras observações são fundamentais para sucessão na agricultura familiar:

[...] a identificação ou a escolha do sucessor, o predomínio do pai no comando deste processo, a transferência do patrimônio dentro da família (dos pais para os filhos), o momento da transferência, a forma de distribuição do patrimônio (Repartir entre todos ou manter assegurado para apenas um) (Gasson e Errington (1993) *apud* Spanevello (2008, p. 45)).

Porém, de acordo com Spanevello (2008) a dinâmica sucessória na agricultura familiar sofreu fortes modificações no decorrer dos anos. A autora aponta, para um processo sucessório com maior garantia, em décadas anteriores a década de 1970. Já em um período posterior a este, os estabelecimentos passaram por mudanças gerais, principalmente econômicas e sociais.

3.4 SUCESSÃO FAMILIAR

A definição de sucessão familiar na visão de Gasson, Errington (1993) *apud* Matte e Machado (2016), corresponde “a transferência do controle ou gerenciamento dos negócios e do patrimônio aos filhos sucessores ou à próxima geração”. Silva (2015) descreve sucessão como “o repasse do poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da agricultura familiar, em que os pais paulatinamente vão entregando a gestão do estabelecimento e a formação profissional a um(a) novo(a) agricultor(a)”.

Spanevello (2008) justifica que a dinâmica sucessória esta composta por vários elementos, motivados pelas particularidades individuais de cada família, além dos aspectos geográficos e temporais. Para autora, a sucessão possui enfoque em dois aspectos sociais: “1) A sucessão é fundamentalmente um processo com diferentes fases/estágios; 2) a sucessão é

marcada pelo processo de socialização dos filhos desde crianças nas atividades agrícolas do estabelecimento”.

Segundo Brumer e Anjos (2008) a formação de um sucessor requer uma socialização prévia em sua infância, pois raramente um cidadão se torna agricultor por meio de uma educação escolar. Froehlich (2002) descreve em seu trabalho de pesquisa, no qual entrevista jovens estudantes, dados que revelam que 71% dos estudantes não pretendem retornar ao meio rural para suceder suas famílias em suas propriedades. Isto ocorre principalmente por estes darem preferência à continuação dos estudos e formação de nível superior.

A seguir são apresentadas as possíveis consequências da falta de sucessores no meio rural, que apontam para:

[...] a não continuidade das propriedades e das atividades produtivas desenvolvidas em seu interior; um crescente esvaziamento demográfico, econômico e cultural das propriedades e das comunidades rurais; aumento da população urbana; masculinização rural (migração feminina superior à masculina); dificuldade de constituição de novas famílias no meio rural (dificuldade de casamentos); falta de mão de obra; envelhecimento da população rural; pais sem amparo na velhice; mercado interno brasileiro diretamente afetado por reduzir a produção de alimentos que o abastecem; expansão de monoculturas (soja, silvicultura); domínio de área por poucos proprietários (monopólio); descaso com as populações que permanecem no meio rural (marginalizadas); entre tantas outras implicações (Matte e Machado, 2016, p. 135).

3.5 MASCULINIZAÇÃO E ENVELHECIMENTO

Segundo Anjos e Caldas (2005) o êxodo rural demonstra-se como um processo bastante seletivo, o qual remete às cidades, em sua maioria, a população jovem e fortemente produtiva. O autor ainda descreve que a masculinização do meio rural é crescente, ligada aos processos de trabalho, os quais se modernizaram pela utilização de máquinas e insumos reduzindo a necessidade de mão de obra. Neste caso, cabe a maioria das mulheres rurais o cuidado da casa e dos filhos. O autor ainda aponta para uma possível existência de mão de obra feminina superior há masculina, nos casos onde as atividades proeminentes são o leite ou o tabaco. Segundo Lima (2006), São Lourenço do Sul possui atividades agrícolas diversificadas, porém, possui forte predominância do fumo e atividade leiteira, principalmente na área colonial do município.

Segundo o IBGE (Censo Demográfico 2010) o município de São Lourenço do Sul concentra cerca de 9.978 homens e 8.896 mulheres vivendo no campo. Ainda cabe ressaltar que na área urbana vivem cerca de 11.645 homens e 12.592 mulheres. Estes dados demonstram a masculinização do meio rural, porém a masculinização é mais abrangente entre

a população jovem. Desta forma, segundo o IBGE (Censo Demográfico 2010), o município possui uma população de jovens do sexo masculino, residente no meio rural, com idades entre 15 e 29 anos de 2.408 habitantes. Já a população de jovens do sexo feminino desta mesma faixa etária é de 1.954 habitantes.

Abramovay e Camarano (1998) supõem que a migração jovem e feminina para as cidades, está relacionada com a sobrecarga de trabalho associada a falta de perspectivas futuras e de valorização pessoal e profissional. O autor ainda aponta para outra hipótese, na qual descreve que os jovens do sexo feminino, se sentem estimulados a migrar para as cidades em busca da formação educacional, o que não ocorre tanto com os jovens do sexo masculino.

Os processos migratórios com o predomínio da população feminina no Brasil, já foram apresentados no ano de 1885 por Ravenstein (1885/1980: 65) citado por Camarano e Abramovay (1998). Segundo os mesmos autores, a maior sobremigração feminina ocorreu entre as décadas de 1950 e 1980, com aproximadamente 1.200 milhões de mulheres.

O desequilíbrio de gênero ocasionado pelas migrações predominantemente femininas, tanto no meio urbano como no meio rural, acaba gerando outra situação que é apontada pela literatura internacional, a dificuldade de constituição de novas famílias. Na opinião de Camarano e Abramovay (1998), existem muito mais solteiras no meio urbano que no meio rural, já os solteiros, encontram-se em sua maioria no meio urbano.

Brumer e Anjos (2008) consideram a diferenciação entre rapazes e moças como uma forma de exclusão das mulheres do processo de sucessão familiar. Para as moças, na maioria das vezes são destinadas as atividades domésticas, sendo estas poupadas ou excluídas das atividades principais. O seu trabalho na propriedade é considerado como uma ajuda, sem respaldo econômico algum. Sendo assim, pode-se observar que determinados filhos são estimulados a ficar e outros não. Para as autoras, no caso das moças, a desistência da sucessão da propriedade vem por meio de estímulos ao casamento, êxodo, etc. Segundo Spanevello (2008), os pais descrevem que os filhos homens possuem maior capacidade para dar sequência ao trabalho na propriedade, já as filhas, só serão sucessoras por exceção.

Outro fator que vem ganhando destaque no decorrer dos anos é o envelhecimento do meio rural. Para Anjos e Caldas (2005), a “tendência geral de envelhecimento é atribuída ao incremento da expectativa de vida e ao declínio da taxa de fecundidade”. Para os autores, a taxa de fecundidade da região sul, é a mais baixa do país, desde a década de 70.

Segundo Vantropa, (2009) o setor agrícola de origem familiar vive uma situação onde a população existente neste setor está se tornando velha e masculinizada. Isso ocorre, na maioria das vezes, pela falta de oportunidade para um jovem obter o mínimo necessário para

sua sobrevivência no campo. Conforme Lopes (2013) algumas famílias acabam deixando o campo de vez, visto que atingem idades avançadas e apresentam dificuldade para realizar as atividades sozinhos.

Casos cada vez mais frequentes de abandono da vida no campo ocasionam a redução da produção agrícola familiar e desta forma a redução da renda. A “sensação de falta de renda” é um dos fatores que levam os jovens produtores rurais a procurarem outras fontes de renda no meio urbano. Além dos problemas gerados pelo êxodo rural ao próprio meio rural, pode-se destacar ainda, os problemas causados às cidades que apresentam dificuldades de dar a devida assistência ao aumento de sua periferia (Ludtke, 2007).

Conforme Ludtke (2007) os métodos de produção utilizados pelos pequenos agricultores dificultam que sejam atingidos os objetivos destes, visto que perdura a ausência de renda no campo e com isso surge a dificuldade de quitação de dívidas, fazendo com que seus filhos cada vez mais abandonem o meio rural.

De uma forma geral, inúmeros são os motivos que impulsionam os jovens a deixar o campo. Desta forma, com base na pesquisa realizada por Costa (2006) *apud* Matte e Machado (2016) é possível citar os seguintes motivos:

“Falta de trabalho no meio rural (trabalho fora do estabelecimento), dificuldades de casamento, busca por educação/formação, tomada de decisão apenas sob controle do pai, hierarquia familiar: pai controla o dinheiro, intempéries climáticas, “crise de expectativas”: desmotivação em permanecer no rural, transformações no mercado e dificuldade de comercialização dos produtos, falta de diálogo entre membros da família, principalmente pais e filhos e falta de reconhecimento do trabalho feminino”.

Para Vantropa (2009), ao invés de benefícios assistenciais, é preciso educação de qualidade e valorização do trabalho agrícola, para permanência com qualidade do jovem no campo e assim evitar o envelhecimento do meio rural. “A agricultura familiar é capaz de resistir a qualquer dificuldade natural, menos as burocráticas e a falta de valorização”.

3.6 JOVENS QUE PERMANECEM NO CAMPO

Embora muitos jovens vêm demonstrando desinteresse de permanecer no meio rural, como apresentado anteriormente, também existem jovens que revelam forte interesse de permanecer no campo. Silva (2015) descreve em sua pesquisa que também existem diversas

vantagens de morar no meio rural, e que muitos jovens justificam a sua permanência devido a estes fatores.

Assim, a escolha pela permanência na unidade produtiva familiar pode estar baseada em aspectos positivos do meio rural, tais como: o apego subjetivo ao meio rural, a flexibilidade de horários, a possibilidade de ser o patrão, o prazer em desfrutar do trabalho agrícola ao ar livre, o convívio em família, certa liberdade sobre as decisões tomadas na propriedade (frente a heteronomia do emprego urbano) (Silva, 2015, p. 83).

Lopes (2013) descreve em seu trabalho que mesmo com um percentual reduzido ainda existem jovens que manifestam o interesse em permanecer no meio rural. A questão é, que para um jovem permanecer, seria preciso buscar alternativas que favorecessem as condições dos jovens em seu meio de vida e trabalho. Segundo Brumer (2006), os jovens reivindicam principalmente aspectos relacionados à condição de uma renda própria, cuja sua utilização seja determinada por eles próprios e independência com relação aos pais. Desta forma, como na maioria das vezes os recursos ficam retidos ao domínio dos pais, a alternativa buscada pelos filhos é o trabalho com salário fixo no meio urbano. Segundo a autora, é preciso mudar as relações familiares, permitindo maior participação dos jovens na tomada de decisões.

Conforme Silva (2015) muitos jovens até chegam a deixar o campo para buscar alternativas que saciem suas insatisfações com o meio rural. Porém, cabe ressaltar, que muitos que se mudam para as cidades, não se adaptam, sentindo falta do ambiente rural. Segundo a autora, embasado em relatos feitos pelos próprios jovens, é possível apontar que os jovens estão acostumados com ambiente rural, onde a flexibilidade de regras e o trabalho com a família estão presentes.

Conforme o referencial teórico, o tema sucessão familiar e suas dinâmicas acabam por envolver diversos assuntos que embasados na visão de diversos autores, apresentam fortes interligações. Assim, é possível observar a complexidade do assunto, cabendo mencionar que mesmo com uma grande contribuição de fatores que demonstram o abandono de jovens do meio rural, ainda é possível descrever condições favoráveis para permanência dos jovens no meio rural.

4 SUCESSÃO FAMILIAR E ÊXODO RURAL EM SÃO LOURENÇO DO SUL/RS

A seguir são apresentados dados referentes às famílias entrevistadas, abordando aspectos como: faixa etária, escolaridade, localização, estrutura agrícola, produção agropecuária, entre outros. Também serão abordados aspectos referentes a participação dos filhos na tomada de decisão, bem como a garantia de sucessão na propriedade. Em seguida são contextualizadas as famílias de agricultores com sucessão e sem sucessão familiar, analisando aspectos que motivaram os filhos de agricultores familiares a permanecerem ou deixarem o meio rural do município.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Como já mencionado, o presente estudo foi realizado na área colonial de São Lourenço do Sul/RS contemplando seis distritos do município, o qual é composto por sete distritos e o distrito sede. Este contou com a participação de 24 famílias de agricultores familiares para aplicação do questionário, sendo quatro famílias por distrito. Pode-se dizer que as famílias entrevistadas possuem características semelhantes, visto a predominância da procedência alemã/pomerana, a qual carrega consigo costumes e tradições que são observados por meio da interação com os mesmos.

As famílias entrevistadas apresentaram como característica propriedades compostas por pequenas áreas de terra com 28,7 ha em média, com exceção de uma família que não possui terra própria, arrendando uma área de 7 ha. Somente três famílias arrendam terras, que atingem uma média de 15 ha, além da área própria. Cabe lembrar que as famílias em sua totalidade atuam somente com a mão de obra familiar não possuindo mão de obra contratada. A principal fonte de renda das famílias é oriunda da agricultura ou da pecuária. Desta forma, com base nos dados levantados por meio da pesquisa, é possível apontar a predominância de atividades como leite, milho e fumo, seguido por atividades como soja, gado de corte, batata e ovos.

O leite é produzido por 20 famílias de um total de 24, correspondendo a uma produção média por família de 59.420 litros por ano, ou seja, uma média diária de 162,8 litros por família. O leite, como descrito por muitos produtores, possui altos e baixos com relação ao preço, porém é uma renda mensal para família. Em segundo lugar, surge o milho o qual é produzido por 14 famílias com uma média anual de 37.857 kg, sendo comercializado por 12 famílias com uma média de 36.867 kg por família/ano. O consumo de milho dentro da

propriedade se destina para alimentação de animais como: gado leiteiro, galinha e porcos. O fumo, como mencionado por Dietrich (2011), surgiu como forte alternativa para os produtores do município, principalmente com o enfraquecimento do comércio da batata. Assim, a pesquisa revelou 13 famílias que produzem fumo, com uma produção média por família de 11.923 kg por ano.

As atividades como soja, gado de corte, batata e ovos, são de menor expressão, de acordo com a pesquisa. Porém, segundo Lima (2006), atividades como soja e gado de corte são mais concentradas nas áreas de planície do município, no entanto, passaram a ser também fontes de renda na área colonial. Assim, a criação de gado de corte como alternativa de renda, foi mencionada por três famílias, que comercializam em média 13 cabeças por ano.

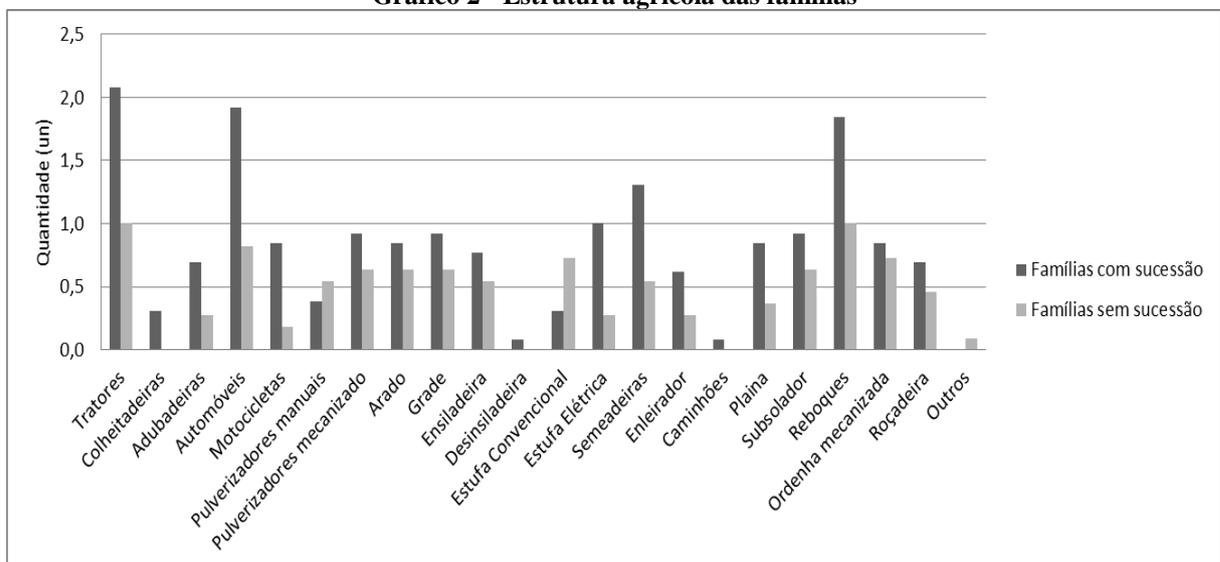
A cultura da soja está presente em duas propriedades com uma produção média de 13.500 kg por ano. Por fim ainda surge um família que produz cerca 25.000 kg de batatas e uma família que produz cerca de 4.000 dúzias de ovos por ano. Segundo Lima (2006) atualmente a cultura da batata no município não é considerada expressiva, porém o município chegou a ser considerado o maior produtor de batatas da América Latina. A autora ressalta também o aumento expressivo da cultura do tabaco do município. As afirmações da autora corroboram com os dados apresentados, obtidos na pesquisa de campo realizada neste trabalho.

Levando em conta que as famílias entrevistadas pertencem à categoria de agricultor familiar, um dado relevante é a produção de alimentos. Segundo as afirmações de autores como Ludtke (2007) e Spanevello (2008), esta categoria de agricultores produz uma grande quantidade de alimentos para subsistência. Desta forma, é possível dizer que todas propriedades utilizadas na pesquisa produzem algum tipo de alimento para subsistência, como: feijão, batata inglesa, batata-doce, mandioca, hortaliças e frutas, além de criações de animais como, suínos, aves e bovinos.

A faixa etária média dos pais entrevistados corresponde a 61 anos e a faixa etária das mães corresponde a 58,5 anos. Cabe salientar a importância da aposentadoria como composição da renda das famílias. O percentual médio de pais aposentados segundo a pesquisa é de 65% e o percentual médio salarial é correspondente a 1,54 salários por família, as quais, em alguns casos, incluem aposentadorias de avós. Levando em conta a extensão geográfica do município, é possível descrever que a distância média entre as propriedades entrevistadas e o meio urbano é de 37,3 km sendo que a propriedade mais distante fica a 62 km e a mais próxima fica a 13km do meio urbano.

A estrutura agrícola das famílias é variável, porém a maioria das propriedades possuem uma considerável linha de maquinário agrícola e estruturas como estufas para secagem de fumo e ordenhadeiras, facilitando assim o serviço. Porém também é possível observar uma parcela menor de propriedades com estrutura agrícola deficitária e ainda famílias que utilizam tração animal como estrutura de trabalho. Assim, comparando a estrutura agrícola das famílias que possuem sucessão, com a estrutura agrícola das famílias que não possuem sucessão, observa-se que estas possuem uma estrutura consideravelmente menor do que as famílias que possuem sucessão, conforme pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Estrutura agrícola das famílias



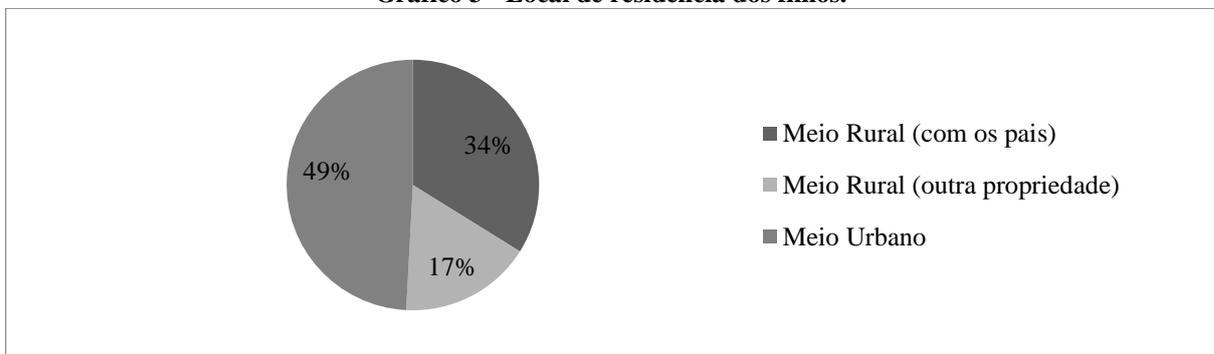
Fonte: Pesquisa de campo.

Como pode ser observado, o número de tratores, semeadeiras (plantadeiras) e reboques possuem destaque entre os implementos das famílias com sucessão. A maior disponibilidade de meios de transporte, como carros e motos, pode ser um indicativo de uma melhor qualidade de vida, visto que contribuem para o convívio social dos integrantes das famílias. Como facilitadores do trabalho agrícola, pode-se citar a utilização de colheitadeiras e desensiladeiras, as quais são utilizadas somente nas famílias com sucessão. A disponibilidade de um caminhão para transporte da safra, bem como de insumos, permite a redução dos custos de frete, contribuindo assim para o aumento da renda familiar de umas das famílias com sucessão. E por fim, cabe destacar que as famílias com sucessão apresentam maior número de estufas elétricas que são facilitadoras do serviço, já as famílias que não possuem filhos sucessores utilizam principalmente estufas convencionais, as quais tornam o trabalho mais árduo.

Cabe salientar que a presença de melhor estrutura agrícola pode se dar por dois possíveis motivos: os filhos sucessores optaram em permanecer na atividade rural por esta apresentar ferramentas de trabalho que facilitam o trabalho, bem como obtenção de renda; ou a presença de maior quantidade de estrutura/maquinários se dá pela maior disponibilidade de mão de obra familiar, logo há maior necessidade destes. Uma análise da situação oposta também pode ser considerada, ou seja, os filhos não sucessores podem ter optado pela atividade não agrícola por falta de estrutura das famílias para desenvolver o trabalho, o qual torna-se mais difícil; ou essas famílias não apresentam tanta disponibilidade de maquinários justamente por não terem mão de obra familiar para desempenhar o serviço.

Ao abordar o tema sucessão familiar e sua garantia nas propriedades, foi possível evidenciar que 50% das famílias entrevistadas consideram que possuem sucessão familiar garantida. O trabalho avaliou pela óptica dos pais 24 famílias do município, contemplando uma totalidade de 59 filhos, sendo 25 filhos considerados como sucessores e 34 como não sucessores. Esta análise considerou como filhos sucessores, os filhos que desempenham atividades agrícolas e que moram com os pais, bem como os filhos que exercem atividades agrícolas e moram em propriedades separadas, assumindo a propriedade ou parte dela em caso de aposentadoria ou morte dos pais. E, como filhos não sucessores, os que estão vivendo na cidade sem expectativas de retorno, bem como os filhos que residem em propriedades separadas e desempenham atividade não agrícola, sem perspectiva de assumirem a propriedade dos pais. O levantamento percentual, baseado no local de residência atual dos filhos, pode ser visualizado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Local de residência dos filhos.

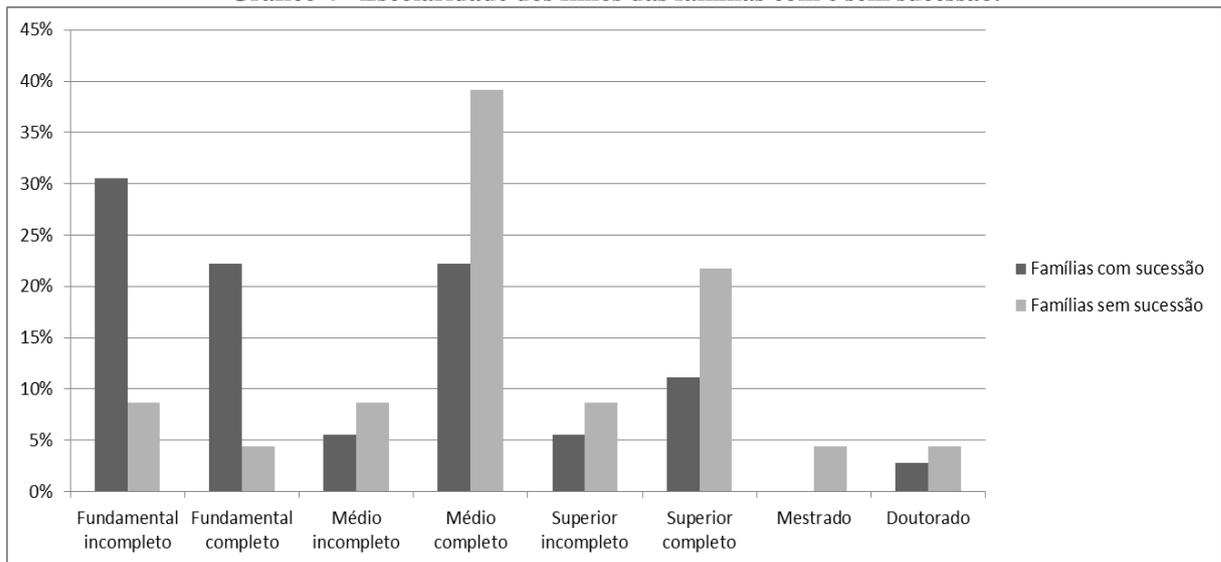


Fonte: Pesquisa de campo.

Um dado interessante surge por meio de um comparativo sobre o grau de escolaridade dos filhos em famílias com sucessores e sem sucessores. Como apresentado no Gráfico 4, pode-se observar que os filhos de famílias com sucessão possuem, em sua maioria, ensino

fundamental incompleto. Cabe salientar que algumas destas famílias com sucessão podem ser consideradas mistas, ou seja, possuem também filhos não sucessores, os quais residem no meio urbano e/ou desempenham atividades não agrícolas, influenciando desta forma o grau de escolaridade destes. Observa-se ainda que os filhos pertencentes às famílias sem sucessão possuem bom grau de instrução, tendo em sua maioria, ensino médio completo e ensino superior completo.

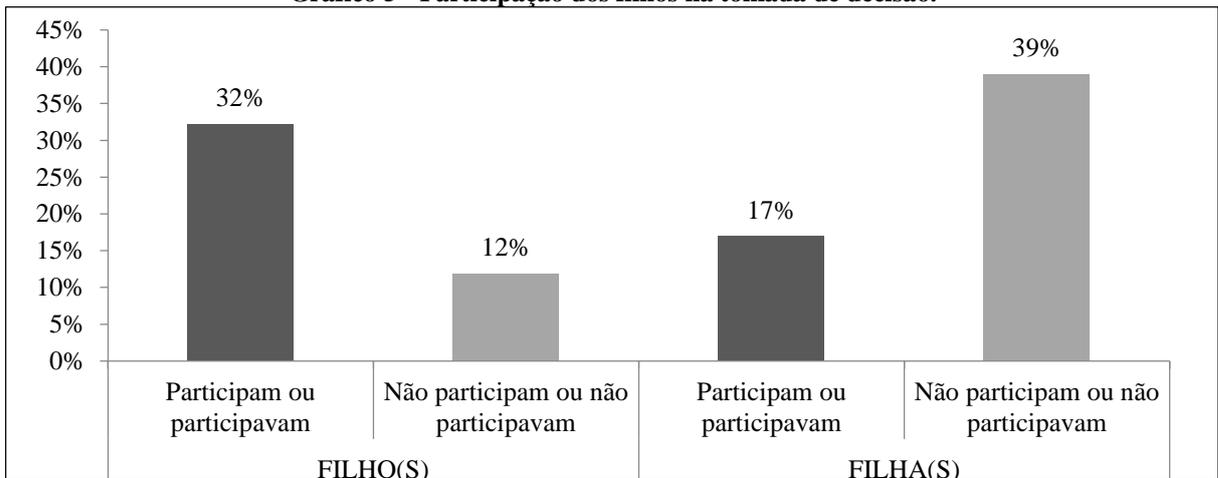
Gráfico 4 - Escolaridade dos filhos das famílias com e sem sucessão.



Fonte: Pesquisa de campo.

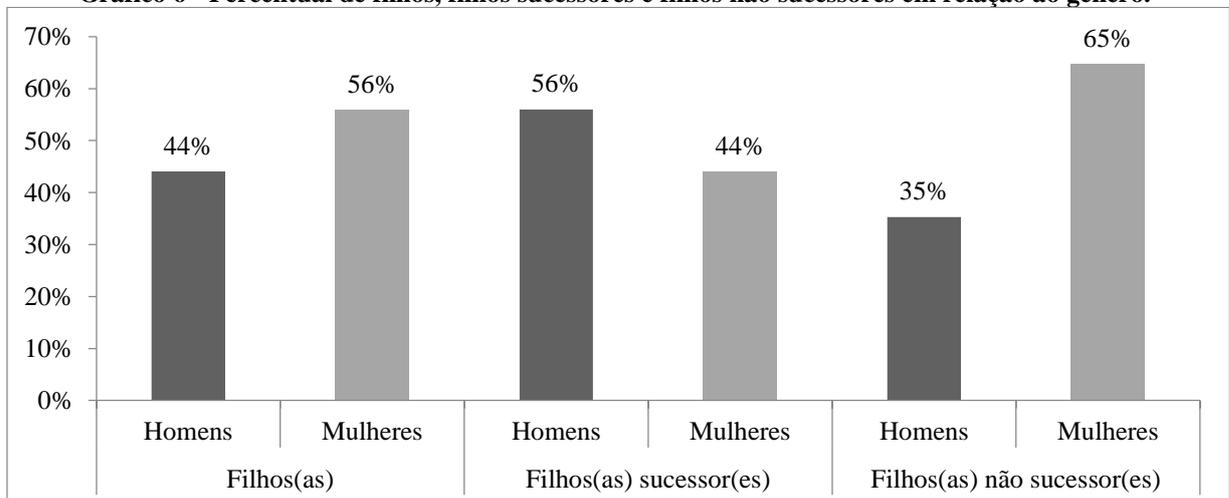
Conforme descrito por Brumer (2006) a exclusão dos filhos na tomada de decisões na propriedade é apontada como um dos fatores que desestimulam a sua permanência na propriedade, sendo importante a participação dos mesmos para melhoria das relações familiares. A questão de gênero também aparece, levando em conta que muitos jovens do sexo feminino não são reconhecidos quanto ao seu trabalho na propriedade. Com intuito de avaliar esta situação, a pesquisa analisou a participação dos filhos(as) na tomada de decisões junto a família na propriedade, conforme apresentado no Gráfico 5.

Assim, é possível verificar que os filhos homens participam ou participavam da tomada de decisões consideravelmente mais que as filhas mulheres, na proporção de 32% para 17%, respectivamente. No entanto, quanto aos jovens que não participam ou não participavam da tomada de decisões, é possível observar que o percentual de filhas atingiu um nível bastante expressivo de 39%, se comparado com o índice dos filhos, o qual atingiu apenas 12%.

Gráfico 5 - Participação dos filhos na tomada de decisão.

Fonte: Pesquisa de campo.

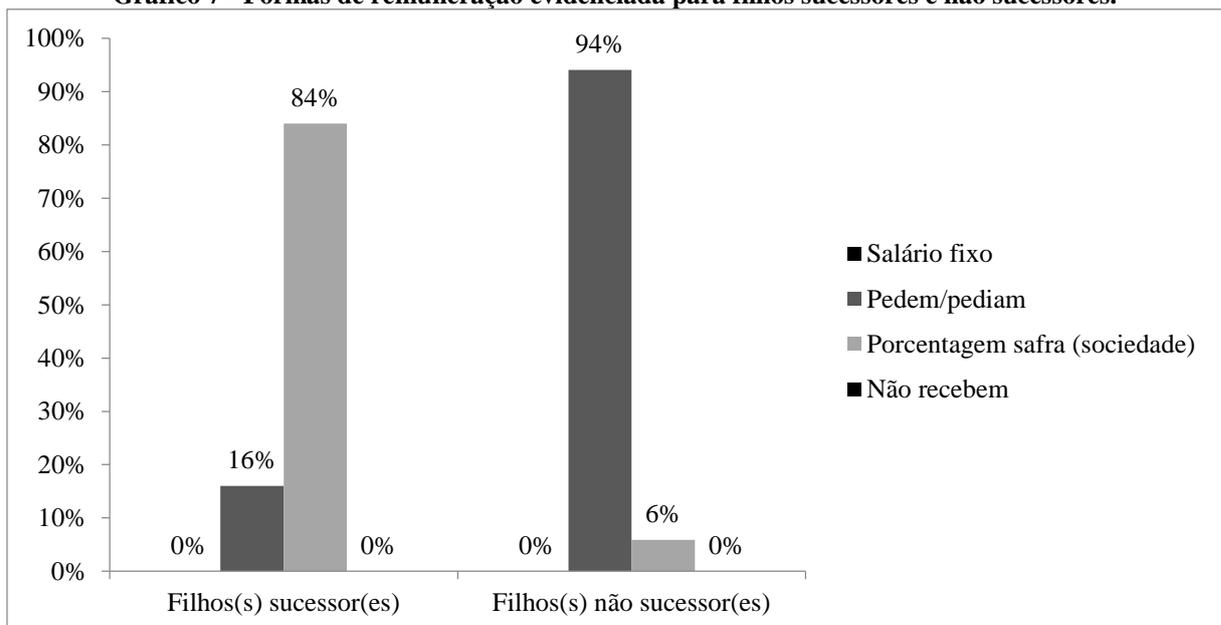
Outro importante fator, conforme apontado por autores como Anjos e Caldas (2005) é que meio rural possui o predomínio de homens (masculinização). Assim, conforme análise dos dados da pesquisa, o percentual de filhos sucessores também apresenta-se com o predomínio de filhos homens (56%). Já em relação aos filhos não sucessores, visualiza-se a predominância de filhas mulheres (65%). Este indicador da pesquisa sinaliza que a maior quantidade de jovens que deixa o meio rural é do sexo feminino. Este número possivelmente só não é maior por algumas filhas terem concebido matrimônio com filhos de agricultores, ou pelo fato da maioria das famílias desempenharem na propriedade atividade leiteira e/ou de fomicultura, visto que, conforme descrito por Anjos e Caldas (2005), estas atividades podem ser desenvolvidas por mão de obra feminina por se tratarem de atividades manuais. A seguir é apresentado o Gráfico 6, referente ao percentual de filhos sucessores e não sucessores contextualizando a questão de gênero.

Gráfico 6 - Percentual de filhos, filhos sucessores e filhos não sucessores em relação ao gênero.

Fonte: Pesquisa de campo.

Por meio da pesquisa, ainda foi possível avaliar as formas de remuneração atual dos filhos sucessores e as formas de remuneração que eram adotadas para os filhos não sucessores antes de deixarem a propriedade, à qual é apresentada no Gráfico 7. Não foram identificados filhos que recebem ou recebiam salário fixo ou que não recebiam nenhuma forma de pagamento por suas atividades. Entre os filhos sucessores, a forma atual de remuneração predominante é a porcentagem da safra ou sociedade, a qual é feita com os pais. Neste grupo pôde-se evidenciar duas formas de sociedade, uma na qual os filhos não empregavam capital financeiro, somente mão de obra, e recebiam uma pequena parcela do lucro da propriedade; e outra na qual os filhos arcavam com um percentual das despesas, bem como de mão de obra, e recebiam o mesmo percentual em relação ao lucro da atividade na propriedade. A adoção desta modalidade de trabalho acaba por incentivar a permanência dos filhos na propriedade, pois a divisão das despesas da casa e das atividades agrícolas, bem como do maquinário, possibilitam a obtenção de uma renda superior se comparada ao trabalho em propriedades separadas/independentes. Já entre os filhos não sucessores, pôde-se verificar que, antes de saírem da propriedade, estes somente recebiam remuneração quando pediam por necessidade ou para uma finalidade específica. Esta modalidade de remuneração acaba por desestimular a permanência do(s) filho(s) na propriedade, visto que a busca pela independência financeira é um desejo na maioria dos jovens.

Gráfico 7 - Formas de remuneração evidenciada para filhos sucessores e não sucessores.



Fonte: Pesquisa de campo.

5 AGRICULTORES FAMILIARES COM SUCESSÃO, SEM SUCESSÃO E ANÁLISE GERAL QUANTO AO FUTURO

A seguir são apresentados diversos dados levantados pela pesquisa de campo, que possibilitam uma análise individual das famílias de agricultores familiares com e sem sucessão. Também é apresentado os motivos que levaram os filhos dos agricultores a permanecerem no meio rural, bem como os motivos que levaram os mesmos deixarem o meio rural. Por fim, ainda são apresentados diversos dados sobre questões futuras que envolvem os pais, a propriedade rural e a agricultura familiar.

5.1 AGRICULTORES FAMILIARES COM SUCESSÃO

Esta categoria de agricultores corresponde às famílias que possuem filhos que, segundo os próprios agricultores, irão lhes suceder na propriedade ou que desenvolvem atividade agrícola em propriedade separada de forma independente, porém possivelmente assumirão a propriedade dos pais em caso de aposentadoria ou morte. Para muitos pais, a permanência de um filho na propriedade é uma situação lógica, visto a necessidade de terem alguém para dar sequência às atividades exercidas na propriedade, bem como o cuidado dos mesmos na velhice. Na aplicação do questionário foi possível captar diversas respostas quanto à percepção dos pais sobre a garantia de sucessão na propriedade. Assim obtiveram-se respostas como:

“Acho que alguém tem que ficar, por que se não quem vai cuidar da gente” (família moradora do 4º distrito).

“Os filhos gostam do meio rural e ainda tem muito para crescer aqui, também, se fossem sair, teriam dificuldade de se enquadrar profissionalmente no meio urbano” (família moradora do 6º distrito).

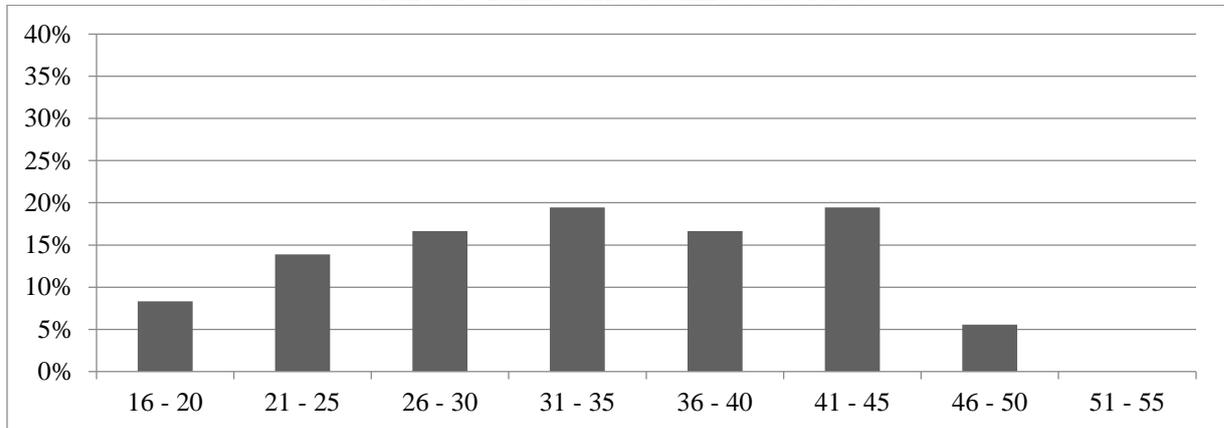
“A propriedade está bem desenvolvida, com boa estrutura agrícola, sendo promissora” (família moradora do 3º distrito).

“Com o pouco estudo que os filhos têm, o meio rural dá mais dinheiro, ainda mais com a cultura do fumo” (família moradora do 3º distrito).

“O filho não quer saber de cidade” (família moradora do 7º distrito).

As famílias com sucessão apresentaram filhos com distribuição de faixa etária conforme o Gráfico 8. Observa-se que a faixa etária dos filhos está mais concentrada entre 26 e 45 anos, com idade média dos filhos de 33,0 anos de idade.

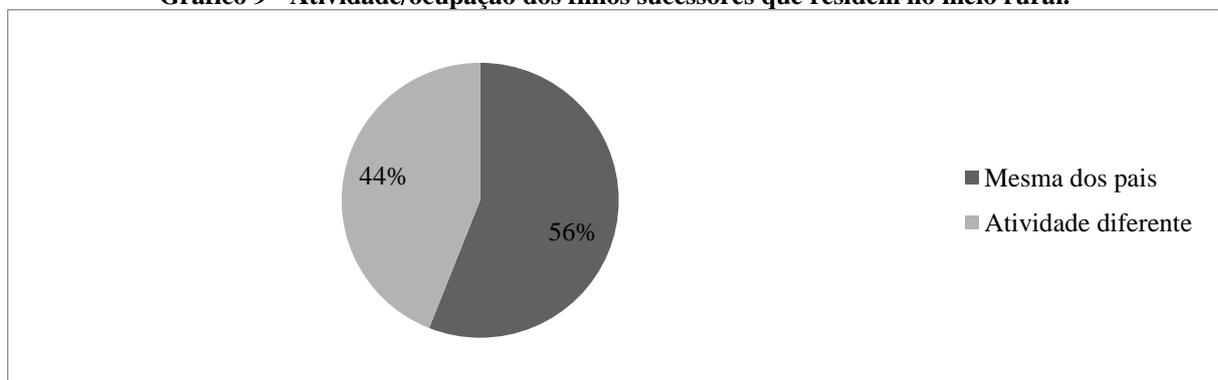
Gráfico 8 - Faixa etária dos filhos sucessores.



Fonte: Pesquisa de campo.

Conforme apontado por Brumer (2006) e Silva (2015), os jovens reivindicam uma condição de maior autonomia em relação à possível dependência dos pais, como a participação na tomada de decisões, mais expressivamente sobre a questão da renda. Assim, segundo o Gráfico 9, é possível avaliar se os filhos sucessores seguem as mesmas atividades dos pais na propriedade. Desta forma, pesquisa contempla um percentual de 42% de filhos sucessores, sendo que destes, 44% optaram em seguir uma atividade diferente da atividade praticada pelos pais. Cabe destacar, que 77% dos pais consideram promissora a atividade que os filhos exercem.

Gráfico 9 - Atividade/ocupação dos filhos sucessores que residem no meio rural.



Fonte: Pesquisa de campo.

Levando em conta a situação de vida dos filhos sucessores, cabe destacar que 88% possuem meio de transporte próprio e 44% possuem internet em casa. A carga horária média

de trabalho atinge uma média de 11,5 horas por dia, trabalhando em média 6,5 dias por semana. Mencionado por alguns produtores, o crédito possui grande importância para o futuro de um jovem sucessor, visto que este necessita de uma estruturação inicial, principalmente em casos de filhos que foram morar em propriedades separadas dos pais. Assim, a pesquisa aponta para utilização de crédito disponibilizado por meio de financiamentos, utilizado por 85% dos filhos sucessores. Porém, segundo os pais, 23% dos filhos tiveram dificuldade de acesso ao primeiro crédito por dificuldade de comprovação de renda.

Por meio de uma análise relacionada às atividades exercidas nas propriedades das famílias entrevistadas, pôde-se verificar os seguintes dados para as 13 famílias com sucessores: 11 delas desempenham atividade leiteira e produzem em média 74.727 litros de leite/ano; 8 famílias produzem em média 54.750 kg de milho/ano; 9 famílias produzem em média 14 toneladas de fumo; 2 famílias produzem em média 13.500 kg de soja/ano; e 1 família comercializa 20 cabeças de gado de corte/ano.

Silva (2015) relata diversas considerações que justificam a escolha de um jovem em permanecer no meio rural sucedendo sua família, sendo eles: o apego ao meio rural, flexibilidade de horários, possibilidade de ser o próprio patrão, trabalho ao ar livre, trabalho em família, liberdade sobre decisões. Assim é possível contextualizar estes dados com justificativas relatadas pelos pais de filhos sucessores, sobre os fatores que fizeram com que estes permanecessem no meio rural. No entanto, diversos outros motivos foram expostos, conforme elencado na Tabela 2.

Tabela 2 - Motivos que levaram os filhos a permanecerem no meio rural

Motivos	Percentual
Possibilidade de renda acima da ofertada no meio urbano	15%
Qualidade de vida	15%
Gostam do meio rural	13%
Possibilidade de um futuro promissor	8%
Horário de trabalho flexível	8%
Possibilidade de permanecer junto com a família	7%
Baixo custo de vida	7%
Vida dinâmica	7%
Ser proprietário do próprio negócio	5%
Segurança alimentar	5%
Desenvolvimento de atividade rentável	3%

Facilidade no trabalho (maquinário)	2%
Influência do casamento	2%
Dificuldade para migrarem para o meio urbano	2%
Valorização do trabalho pelos pais	2%

Fonte: Pesquisa de campo.

5.2 AGRICULTORES FAMILIARES SEM SUCESSÃO

Os Agricultores familiares sem sucessão estão compreendidos em uma categoria de famílias que consideram não terem filhos para a sucessão da propriedade. Em muitos casos, estas famílias demonstram uma forte incerteza em relação ao futuro de suas propriedades, que atualmente são geridas somente pelos pais, visto a inexistência de filhos atuando nas propriedades. Os filhos destas famílias encontram-se em sua grande maioria residindo no meio urbano, onde trabalham e obtém seu sustento. Cabe destacar que uma pequena parcela dos filhos reside no meio rural em propriedade separada, porém exercendo uma atividade não agrícola.

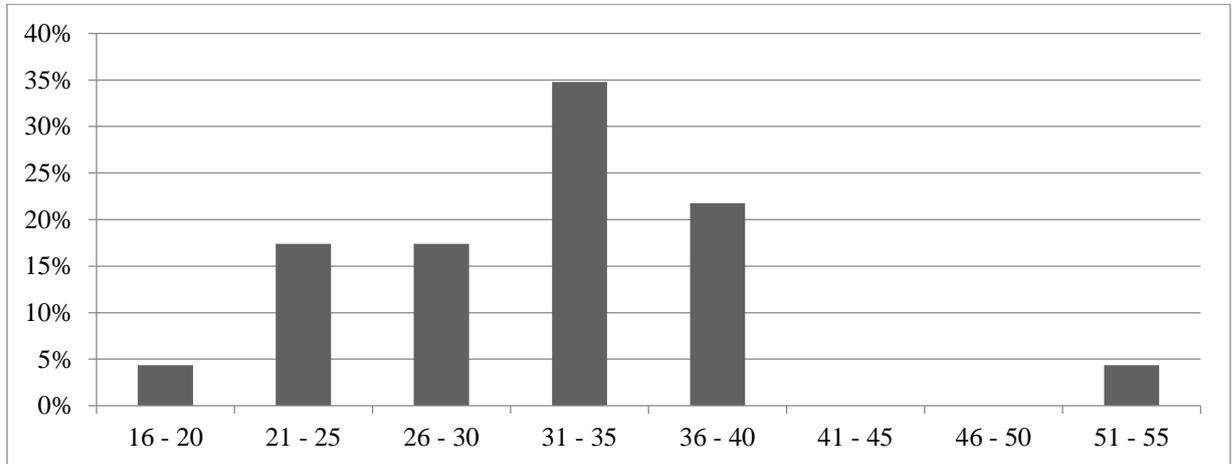
Por meio da análise relacionada às atividades exercidas nas propriedades das famílias entrevistadas, pôde-se observar que as 11 famílias sem sucessão apresentam a seguinte produção: 9 famílias desempenham atividade leiteira e produzindo em média 40.711 litros de leite/ano; 6 famílias produzem em média 15.333 kg de milho/ano; 4 famílias produzem em média 7,5 toneladas de fumo/ ano; 2 famílias comercializam em média 10 cabeças de gado de corte/ano; 1 família comercializa 4.000 dúzias de ovos/ano; e 1 família comercializa em média 25 toneladas de batata inglesa/ano. Assim, confrontando estes dados com os dados das famílias com sucessão, pode-se observar que a produção das famílias sem sucessão é inferior à das famílias com sucessão.

A pesquisa contemplou um percentual de 58% de filhos não sucessores, dos quais 24% possuíam transporte próprio antes de deixar o meio rural, sendo que atualmente 79% possuem transporte próprio. Em relação à internet em casa, somente 3% possuíam antes de deixar o meio rural e atualmente 94% possuem. O crédito obtido por meio de financiamento foi utilizado por 56% dos filhos, que em sua maioria utilizaram para aquisição de casa própria, a qual 76% dos filhos não sucessores possuem.

As famílias sem sucessão apresentaram filhos com distribuição de faixa etária conforme apresentado no Gráfico 10. Observa-se que a faixa etária dos filhos não sucessores está mais concentrada entre 31 e 40 anos, com média de idade de 31,3 anos de idade.

Também, pôde-se verificar que nas décadas de 60 e 70 era menos comum a saída do jovem do meio rural.

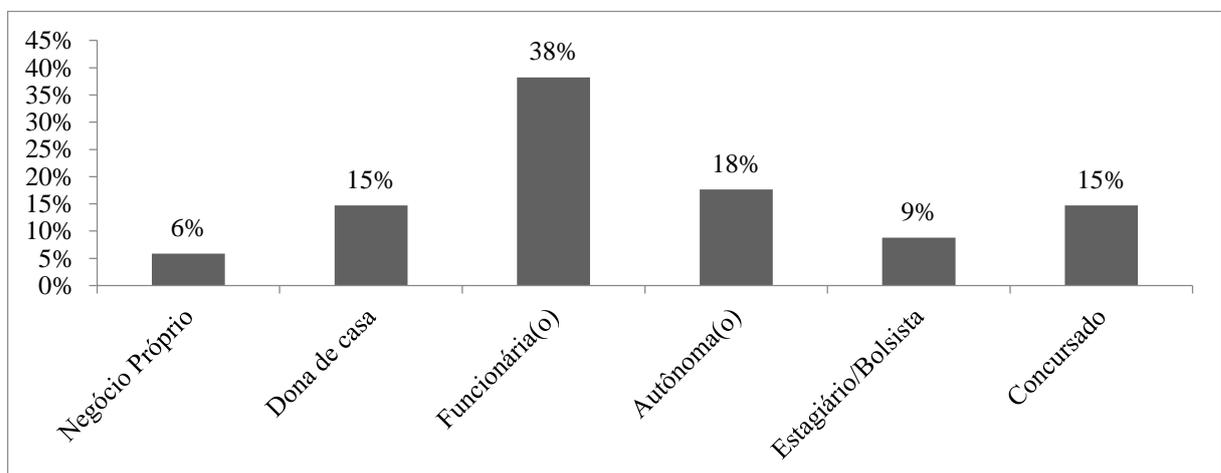
Gráfico 10 - Faixa etária dos filhos não sucessores.



Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto ao trabalho, a pesquisa aponta que os filhos, antes de deixarem o meio rural, possuíam uma carga horária média de trabalho correspondente a 8,3 horas por dia. Esta média só não é maior visto que muitos filhos estudavam meio turno e saíram cedo de casa. A carga horária atual consiste em uma média de 7,9 horas por dia, trabalhadas em uma média de 5,4 dias por semana. Assim, é possível destacar uma carga horária bastante reduzida, se comparado com a carga horária média de trabalho do meio rural, a qual é de 11,5 horas por dia em 6,5 dias por semana. No Gráfico 11 é possível visualizar a ocupação dos filhos não sucessores, sendo possível destacar que a grande maioria dos filhos (38%), trabalha como funcionário contratado.

Gráfico 11 - Atividade/ocupação dos filhos não sucessores.



Fonte: Pesquisa de campo.

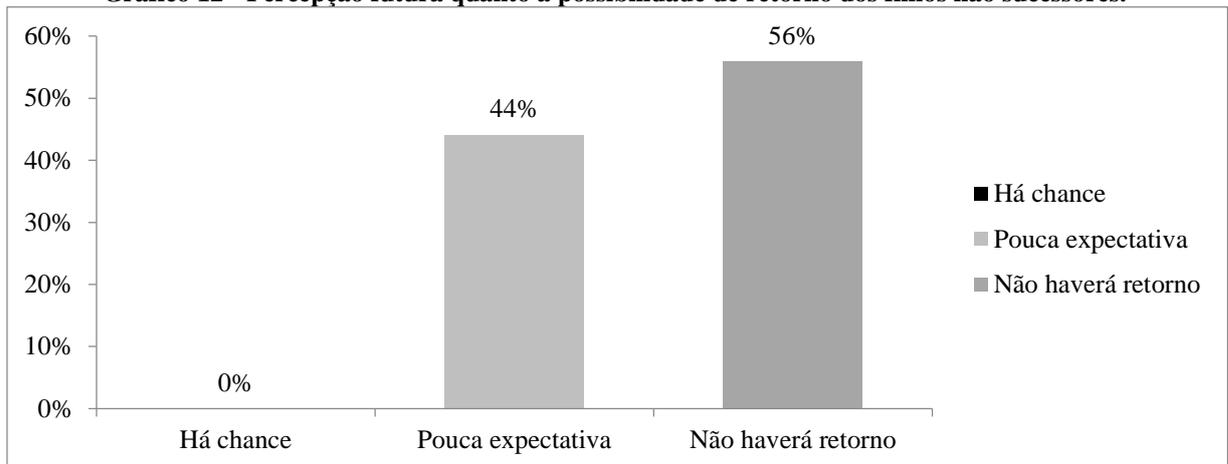
Conforme já foi apresentado por muitos autores, inúmeros são os motivos que levam os filhos a deixarem o meio rural, onde estes podem ser confrontados com a pesquisa empírica. Neste caso, por meio da Tabela 3, observa-se os inúmeros motivos que levaram os filhos a saírem do meio rural, baseado na interpretação dos pais entrevistados. Assim, é possível destacar com maior expressão, a dificuldade de acesso ao estudo e o trabalho extra jornada.

Tabela 3 - Motivos que levaram os filhos a saírem do meio rural

Motivos	Percentual
Dificuldade de acesso ao estudo	24%
Trabalho extra jornada	18%
Dificuldade de comercialização	11%
Melhor oportunidade fora	9%
Namorados/maridos urbanos	7%
Não gostava de lavoura	7%
Atribuição de incapacidade gerencial	4%
Opção dos pais (incentivo)	4%
Sensibilidade ao trabalho com fumo ou agrotóxicos	4%
Falta de reconhecimento por parte dos pais	2%
Autoritarismo dos pais sobre os filhos	2%
Dificuldade para acionar o crédito rural	2%
Receio à inovações	2%
Baixa valorização dos produtos	2%
Estar à mercê de intempéries	0%
Filhos com pouca vida social	0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Também foi questionado aos pais, a possibilidade de retorno dos filhos para propriedade em um momento futuro, visto a disponibilidade de herança de terras para trabalho. Neste caso, segundo o Gráfico 12, 56% responderam com convicção que não haverá retorno e 44% responderam pouca expectativa de retorno. Conforme a pesquisa, a maioria dos filhos deixaram o meio rural com objetivo de estudar. Este resultado corrobora com o trabalho de Froehlich (2002), que afirma que 71% dos jovens de sua pesquisa, não tem interesse de retornar para suceder suas famílias na agricultura após a conclusão de seus estudos.

Gráfico 12 - Percepção futura quanto a possibilidade de retorno dos filhos não sucessores.

Fonte: Pesquisa de campo.

Muitas respostas tiveram um peso qualitativo, onde os pais expressaram os motivos que justificaram seus filhos seguirem outros caminhos. Nesse caso os pais responderam desta forma:

“Priorizamos estudos para nossos filhos, para que eles não precisassem passar as dificuldades que aqui se passa. Pois falta muito incentivo, não tem políticas agrícolas” (família moradora do 1º distrito).

“Nossos filhos saíram por que tiveram melhores oportunidades fora” (família moradora do 1º distrito).

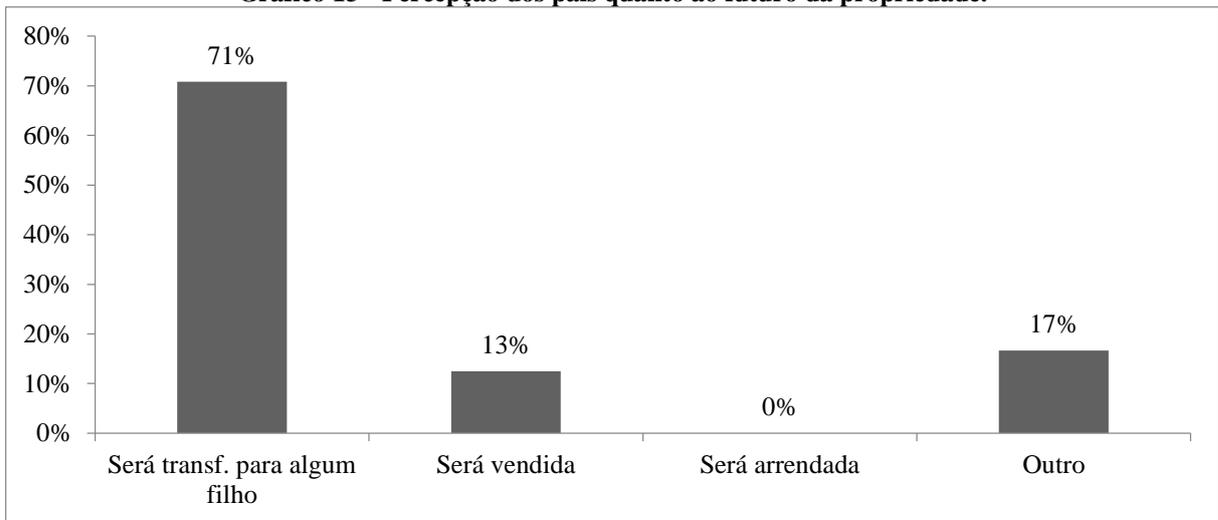
“Eles não tinham interesse na lavoura e não aceitavam nossas orientações” (família moradora do 3º distrito).

“Nossos filhos queriam estudar” (família moradora do 7º distrito).

5.3 ANÁLISE GERAL QUANTO AO FUTURO

A pesquisa também revela qual é a percepção atual dos pais em relação ao futuro da propriedade. Desta forma, leva-se em conta que as propriedades são compostas por famílias com e sem sucessão. Assim, é possível observar, conforme o Gráfico 13, que a grande maioria dos pais deixará a propriedade para os filhos, porém muitos mencionaram que não sabem o destino que os filhos darão para a mesma. Entre as outras respostas, uma pequena parte respondeu que será vendida e/ou que a propriedade será transformada em um sítio de lazer ou até abandonada.

Gráfico 13 - Percepção dos pais quanto ao futuro da propriedade.



Fonte: Pesquisa de campo.

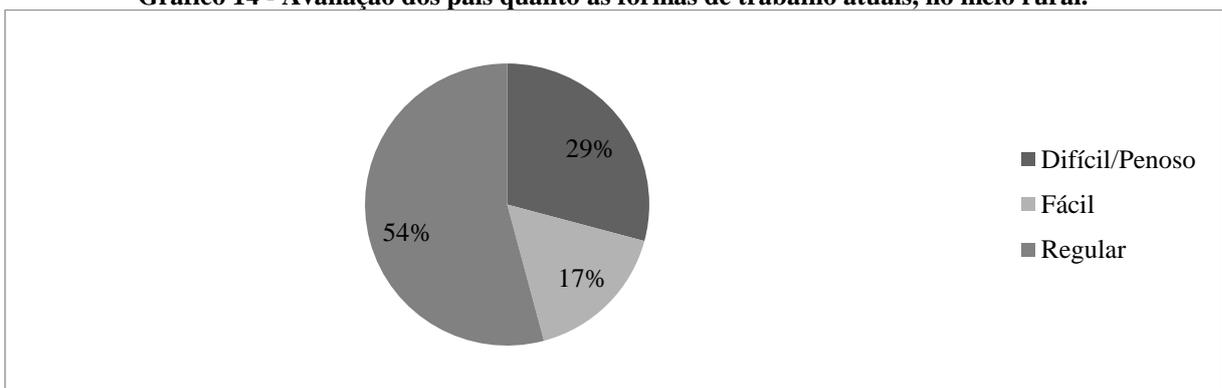
A pesquisa analisou também, como os pais avaliam as formas de trabalho atualmente no meio rural. Como pode ser visto no Gráfico 14, a maioria dos pais responderam que acham o trabalho regular, enfatizando em sua grande maioria a mesma conclusão. Agricultores:

“Já se passou muito trabalho antigamente, mas hoje em dia está bem mais fácil, devido às tecnologias de que se dispõem. O único problema é que se paga caro por estas tecnologias, os custos são maiores e os nossos produtos não valem” (família moradora do 1º distrito).

“Não dá para dizer que o trabalho no meio rural está fácil, porém se compararmos com o trabalho que já passamos anteriormente, podemos considerar que está regular” (família moradora do 7º distrito).

Assim é possível avaliar que o trabalho no meio rural facilitou bastante devido a utilização de tecnologias, porém este fato se contrapõe à necessidade de medidas que favoreçam a comercialização e redução dos custos.

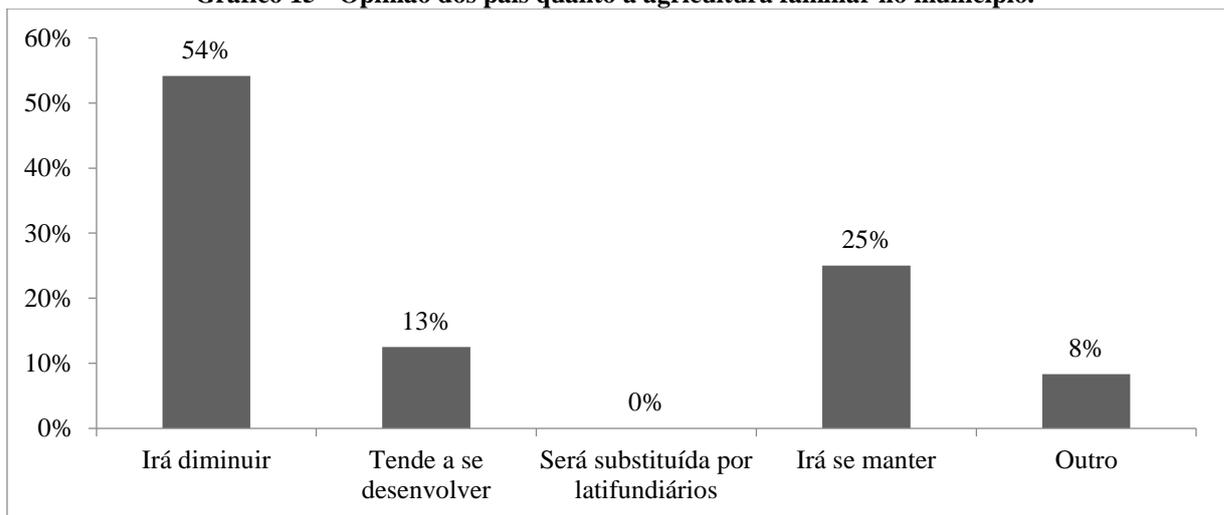
Gráfico 14 - Avaliação dos pais quanto as formas de trabalho atuais, no meio rural.



Fonte: Pesquisa de campo.

Em seguida, apresentam-se os resultados referentes à percepção dos pais entrevistados sobre o futuro da agricultura familiar do município. Assim buscou-se fazer com que os entrevistados refletissem sobre a situação de propriedades vizinhas às suas, para responder a esta pergunta. Neste caso, o Gráfico 15 mostra que a grande maioria dos pais considera que a agricultura familiar do município tende à diminuir. Este relato ratifica as pesquisas apresentadas pelo IBGE nas últimas décadas, as quais vem demonstrando a redução da população rural do município. Ainda, uma pequena parcela dos pais aponta para o desenvolvimento deste segmento, devido à cultura do fumo, a qual gera boa renda para agricultura familiar. Nos casos em que os pais responderam que a agricultura familiar irá se manter, conclui-se que este relato é baseado na ideia de que algumas famílias abandonam, porém outras se desenvolvem.

Gráfico 15 - Opinião dos pais quanto a agricultura familiar no município.

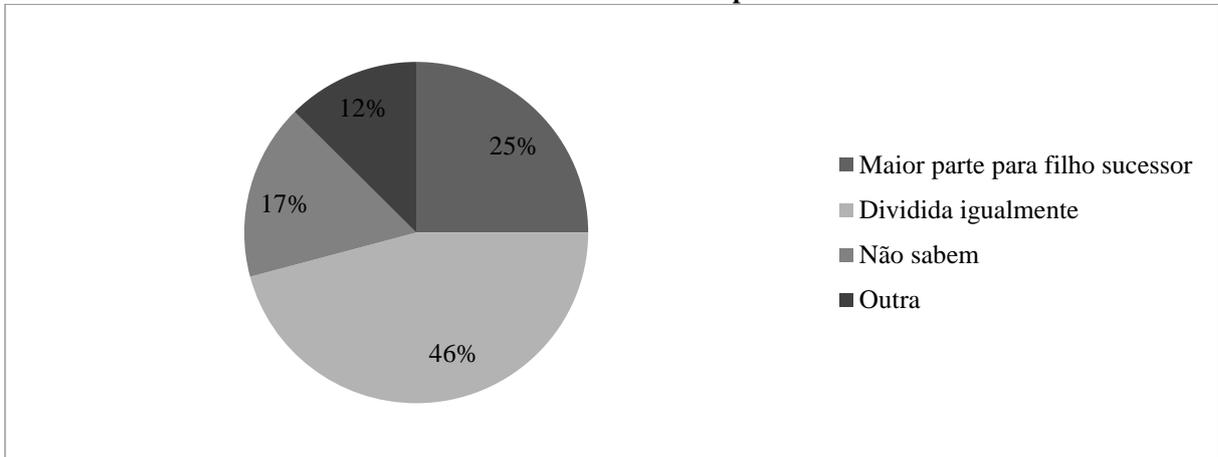


Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto à divisão do patrimônio dos pais entre filhos, é possível observar no Gráfico 16, que a maioria dos pais pretende dividir igualmente o patrimônio entre os filhos. Porém, cabe mencionar que este relato é muito particular de cada um, visto que alguns pais que possuem um sucessor garantido para sua propriedade, relataram que a divisão dos bens será feita igualmente entre os filhos, independente da atividade escolhida por este. Também se ouviu opiniões diferentes, onde alguns pais relataram que a maior parte ficará para o filho sucessor. Um dos pais entrevistados ainda relatou que *“sempre foi assim, o filho que fica na propriedade e cuida dos pais na velhice tem que ganhar mais”* (família moradora do 4º distrito). Alguns pais, contudo não pensaram nisso ainda ou possuem situações particulares

como: possuem somente um filho(a) o qual receberá todo o patrimônio, ou não possuem patrimônio.

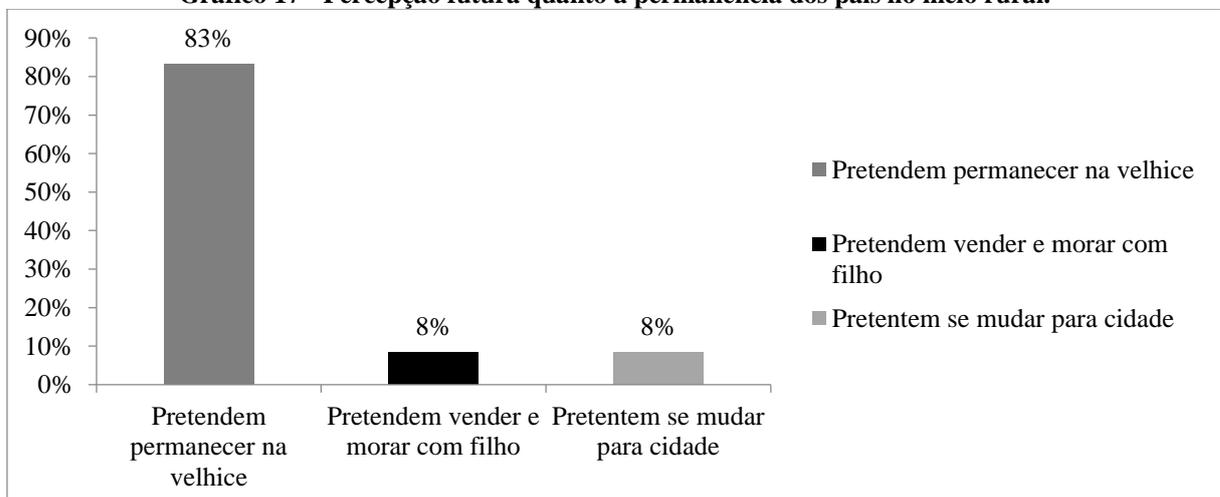
Gráfico 16 - Maneira como será feita a divisão patrimonial com os filhos.



Fonte: Pesquisa de campo.

Por fim, a pesquisa ainda apresenta a percepção dos pais quanto a sua permanência ou saída do meio rural, em um momento futuro. Desta forma, o Gráfico 17 destaca que 83% dos pais pretendem permanecer no meio rural em sua velhice. A grande maioria revela que não iria se adequar ao ritmo de vida do meio urbano, visto o espaço reduzido e a monotonia. Este dado ainda corrobora os apontamentos feitos por Anjos e Caldas (2005) e Matte e Machado (2016), os quais apontam para o envelhecimento do meio rural. Desta forma, quatro fatores interligados justificam o envelhecimento do meio rural: muitos jovens vem deixando o meio rural, a redução da taxa de fecundidade, a população idosa tende a permanecer no meio rural e o aumento da expectativa de vida.

Gráfico 17 - Percepção futura quanto à permanência dos pais no meio rural.



Fonte: Pesquisa de campo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho resultou em uma análise do processo sucessório na agricultura familiar de São Lourenço do Sul/RS. Assim pôde-se analisar as questões que envolvem este assunto que é fundamental para o futuro do meio rural do município. O trabalho caracterizou o município e trouxe um referencial teórico com conceitos embasados no tema sucessão familiar. Logo, caracterizam-se as famílias de agricultores familiares entrevistadas, bem como suas contextualizações quanto a existência ou não de filhos para sucessão na propriedade.

Por meio do desenvolvimento desta pesquisa, foi possível realizar uma análise geral dos aspectos que envolvem a sucessão familiar no município. Assim, 50% das famílias entrevistadas consideram que possuem sucessão garantida e 50% consideram que a sucessão não está garantida. Desta forma, constata-se segundo os pais, que diversos são os fatores determinantes para o destino a ser seguido pelos filhos.

Os resultados referentes aos motivos apontados pelas famílias que consideram possuir sucessão garantida na propriedade, correspondem principalmente a possibilidade de possuir renda acima do meio urbano, uma melhor qualidade de vida, o fato de gostarem do meio rural, além de outros de menor expressão. Já os pais que afirmam não ter sucessão garantida, apontam para motivos como a dificuldade de acesso ao estudo, o trabalho extra jornada, a dificuldade de comercialização de seus produtos, a melhor oportunidade fora da propriedade, entre outros.

Analisando a estrutura agrícola das famílias foi possível constatar que as famílias que possuem sucessores apresentam maior estrutura/maquinários, se comparada com as famílias que não possuem sucessão. Assim, pode-se supor que a deficiência de estrutura/maquinário nas famílias sem sucessores, pode ter motivado a saída destes jovens do meio rural, visto a maior dificuldade para realização do trabalho agrícola. Já uma maior estrutura/maquinário foi evidenciada nas famílias que possuem sucessores, indicando duas possibilidades: a de estas famílias possuírem maior estrutura/maquinário para atender as demandas de trabalho, ou a de que os filhos possam ter optado por permanecerem no meio rural pela disponibilidade destes facilitadores do trabalho, os quais de certa forma motivam a permanência do jovem no campo.

Levando em conta as atividades exercidas pelas famílias, pode-se concluir que a atividade leiteira está presente em 83% das famílias entrevistadas, mantendo proporções quase que iguais tanto nas famílias com sucessores como nas famílias sem sucessores. Outra atividade de grande importância econômica para as famílias é a cultura do tabaco, a qual está evidenciada em maior percentual nas famílias com sucessores. Esta atividade

apresenta grande influência na renda das famílias, visto que é uma atividade bastante rentável para pequenas propriedades e possui comercialização garantida. Sabe-se que a rentabilidade das propriedades acabam por influenciar a permanência dos jovens no campo. Pode-se destacar o fato de que somente três das famílias entrevistadas não desempenham atividade leiteira e/ou fomicultura.

Ainda foram levantados dados referentes a escolaridade dos filhos não sucessores e sucessores, avaliando que os filhos não sucessores, possuem maior grau de escolaridade, com ênfase para ensino médio e ensino superior completos, possivelmente devido ao fato de terem saído do meio rural em busca de oportunidades de estudo. Já os filhos sucessores, por permanecerem no meio rural, apresentaram em sua maioria ensino fundamental incompleto e completo.

Quanto a tomada de decisões pode-se avaliar que os filhos homens participam ou participavam em maior quantidade, se comparado às filhas mulheres. Pode-se assim avaliar que as filhas mulheres não se interessavam sobre as decisões ou eram excluídas destas atividades.

Analisando a questão de gênero, foi possível constatar a predominância de filhos do sexo masculino como possíveis sucessores. Já os filhos do sexo feminino tendem a deixar o meio rural em maior quantidade, sendo possíveis não sucessores. Analisando também a possibilidade de retorno dos filhos(as) não sucessores, constatou-se que 100% dos entrevistados responderam que há pouca expectativa ou definitivamente não haverá retorno. O que indica que após a saída do filho e sua inserção em uma atividade urbana, dificilmente ele retornará ao trabalho no campo.

Por fim, ainda é possível destacar o resultado referente a permanência dos pais dos filhos sucessores e não sucessores, no meio rural durante a velhice. Neste caso, a pesquisa resultou que a grande maioria dos pais pretende permanecer no meio rural durante sua velhice. Desta forma, leva-se em conta que muitos filhos estão deixando o meio rural e a maioria dos pais pretende ficar, nota-se que o meio rural tende a se tornar cada vez mais envelhecido.

Por meio da realização deste estudo, foi possível perceber que muitos dados apresentados corroboram com os dados referentes a pesquisas de outros autores, bem como de dados levantados pelo IBGE. Assim, a dinâmica sucessória envolve muitas vezes particularidades, que destinam os jovens a ficar ou deixar o campo. As modificações do cenário populacional rural, são perceptíveis, onde muitos jovens vem deixando o meio rural. Porém mesmo com essa redução existem muitos jovens que pretendem ficar e trabalhar no

meio rural, sendo sucessores de seus pais na propriedade. Cabe mencionar a necessidade de valorização do trabalho no meio rural, para que a vontade dos jovens em permanecerem no meio rural seja potencializada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986.

ANJOS, F. S. CALDAS, N. V. **O Futuro Ameaçado: O Mundo Rural Face aos Desafios da Masculinização, do Envelhecimento e da Desagravização**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-lourenco-do-sul_rs Acesso em: 26/03/2017.

Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul, Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm> Acesso em: 20/09/2017.

BOSENBECKER, P. **Uma Colônia Cercada de Estâncias: Imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre, 2011.

BRUMER, A. **A Problemática dos Jovens Rurais na Pós-modernidade**. In: **Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, VII, 20-24 de novembro de 2006 Quito, Ecuador. Anais.

BRUMER, A. ANJOS, G. **Gênero e Reprodução Social na Agricultura Familiar**. Revista Nera – ano 11, n. 12 – janeiro/junho de 2008.

CAMARANO, A. A. ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos Cincoenta Anos**.

CARVALHO, J. U. **O Trabalho Infantil na Fumicultura em São Lourenço do Sul – RS**. Trabalho de Conclusão Submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural. São Lourenço do Sul-RS, 2013.

DIETRICH, O. B. **O processo Histórico e as Transformações Socioeconômicas Que Ocorreram na Cultura do Tabaco**. Trabalho de Conclusão Submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. São Lourenço do Sul/RS, 2011. **Empresarial**. Coleção Gestão Empresarial, Gazeta do Povo, Curitiba - PR, p. 27-41, 2002.

FROEHLICH, J. M. **Rural e Natureza, A Construção Social do Rural Contemporâneo na Região Central do Rio Grande do Sul**. Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

GASSON, R.; ERRIGTON, A. **The Farm Family Business**. Wallingford: Cab International, 1993.

HAMMES, E. L. **A Imigração Alemã Para São Lourenço do Sul – Da Formação da Sua Colônia aos Primeiros Anos Após Seu Sesquicentenário** / Edilberto Luiz Hammes. 1. Edição. São Leopoldo, RS: Studio Zeus, 2014.

HAMMES, E. L. **São Lourenço do Sul – Radiografia de Um Município**. São Lourenço do Sul: Studio Zeus, 2000. V 2-3.

IBGE – **Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística**. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431880&idtema=3&search=rio-grande-do-sul|sao-lourenco-do-sul|censo-agropecuario-2006>. Acesso em: 18/09/2017.

IBGE – **Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística**. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431880> Acesso em: 17/09/2017.

LIMA, M. I. F. **Paisagem, Terroir e Sistemas Agrários: Um Estudo em São Lourenço do Sul**. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, 2006.

LOPES, L. N. S. **Sucessão Familiar Os Fatores Que Contribuem Para Não Permanência Dos Jovens No Meio Rural**. Trabalho Submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão Para o Desenvolvimento Rural. Quaraí, 2013.

LOURENÇO, Gilmar Mendes; ROMERO, Mario. **Indicadores Econômicos. Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, Curitiba, 2002.**

LUDTKE, G. **Agricultura Familiar em São Lourenço do Sul – Reflexão Sobre a Inadimplência e Soluções**. São Lourenço do Sul, 2007. Rio de Janeiro, 2002.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. **Tomada de Decisão e a Sucessão na Agricultura Familiar no Sul do Brasil**. Revista de Estudos Sociais, n. 37, v. 18, 2016.

NEVES, J. A. S. **Entre a Permanência e a Migração: A Opção dos Jovens Agricultores a Partir da Qualidade do Trabalho na Produção Integrada de Fumo em São Lourenço do Sul – RS**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2009. **Plano Diretor Municipal**. Disponível em: <http://www.geocities.ws/ag21pddis/> Acesso em: 25/06/2017.

REICHERT, L. J. et al. **Caracterização e Análise da Produção da Batata Nos Municípios De São Lourenço Do Sul - Brasil e Sanlúcar de Barrameda – Espanha**. Revista Extensão Rural, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVIII, nº 22, Jul – Dez de 2011.

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar> Acesso em: 08/06/2017.

SILVA, V. T. C. **Jovens Rurais Que Permanecem No Campo: A Sucessão Na Agricultura Familiar Em Dois Municípios Gaúchos**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Porto Alegre, 2015.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese Submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2008.

VANTROBA, E. A. **Necessidades e Perspectivas Para a Permanência do Jovem do Campo no Seu Ambiente**. Artigo apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Irati, 2009.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO

Questionário para aplicação junto às famílias de agricultores familiares do município de São Lourenço do Sul, com e sem sucessão familiar.

Nome do pai: _____ Idade: _____
 Nome da mãe: _____ Idade: _____
 Possui aposentadoria: () Não () Sim Quantos salários: _____
 Terra própria (ha): _____ Arrendada (ha): _____
 Localidade: _____ Distrito: _____ Distância do meio urbano (km): _____

1) Composição familiar (considerar os membros da família que residem dentro ou fora da propriedade):

Nome	Idade	Parentesco	Escolaridade	Local que reside*	Ocupação

*(junto com os pais, propriedade separada ou na cidade)

2) Quais as máquinas agrícolas existentes na propriedade? E qual a quantidade?

() Tratores: _____	() Semeadeiras ou plantadeiras: _____
() Colheitadeiras: _____	() Enleirador: _____
() Adubadeiras ou distribuidores de calcário ou esterco: _____	
() Automóveis: _____	() Caminhões: _____
() Motocicletas: _____	() Plaina
() Pulverizadores: _____ () Manual () Mecanizado	
() Arado: _____	() Subsolador: _____
() Grade: _____	() Reboques ou vagões: _____
() Ensiladeira: _____	() Ordenha mecanizada: _____
() Desensiladeira: _____	() Roçadeira: _____
() Estufa: _____ () Convencional () Elétrica	

Outros: _____

3) Qual ou quais as atividades exercidas na propriedade e qual o destino da produção:

Cultura/Pecuária	Quantidade	Comercialização (%)	Consumo próprio (%)

4) Quanto a tomada de decisão, como ela é ou era feita na propriedade, qual a participação do(s) filho(s)?

Filho(s): () participam ou participavam () não participam ou não participavam

Filha(s): () participam ou participavam () não participam ou não participavam

5) Na sua opinião a sucessão está garantida na sua propriedade? () Sim () Não

Por que? _____

FILHO(S) SUCESSOR(ES):

6) Qual é ou quais são o(s) filho(s) sucessor(es)? _____ Sexo: () M () F

7) O(s) filho(s) possui(em) meio de transporte próprio? () Não () Sim, qual:

8) O(s) filho(s) possui(em) acesso à internet? () Sim () Não.

Onde? _____ Há quanto tempo? _____

9) Qual a carga horária média diária de trabalho do(s) filho(s)? _____

10) Quantos dias por semana o(s) filho(s) dedicam ao trabalho na propriedade?

11) Seu(s) filho(s) já realizou/realizaram financiamento/empréstimo? () Sim () Não

12) Teve/tiveram dificuldade de acesso ao primeiro crédito? () Sim () Não

13) O(s) filho(s) possui/possuem alguma forma de remuneração pelo trabalho na propriedade?

() salário fixo () pedem quando precisam () porcentagem safra () não recebem remuneração, somente o sustento.

14) Qual a percepção futura sobre a atividade exercida pelo(s) filho(s) na propriedade? () promissora () pouca expectativa Por que? _____

15) Qual a atividade escolhida pelo(s) filho(s) sucessor(es)? () a mesma dos pais () atividade diferente. Qual? _____

16) Como é feita a divisão de trabalho (atividades) na propriedade?

Pai: _____

Mãe: _____

Filho/Genro: _____

Filha/Nora: _____

FILHO(S) NÃO SUCESSOR(ES):

17) Qual é ou quais são o(s) filho(s) não sucessor(es)? _____ Sexo: () M () F

18) O(s) filho(s) possuía(m) meio de transporte próprio antes de deixarem o meio rural? ()

Não () Sim, qual: _____ E na atualidade? () Não () Sim, qual:

19) O(s) filho(s) possuía(m) acesso à internet? () Sim () Não. Onde? _____

E na atualidade? () Sim () Não. Onde? _____

20) Qual era a carga horária média diária de trabalho do(s) filho(s) antes de deixarem a vida no campo? _____ E atualmente? _____

21) Quantos dias por semana o(s) filho(s) dedicava(m) ao trabalho na propriedade?

_____ E atualmente? _____

22) Seu(s) filho(s) já realizou/realizaram financiamento/empréstimo? () Sim () Não

23) Possui(em) casa própria ou alugada? _____

24) O(s) filho(s) possuía(m) alguma forma de remuneração pelo trabalho na propriedade? ()

salário fixo () pedem quando precisam () porcentagem safra () não recebem remuneração, somente o sustento.

25) Qual a percepção futura em relação a possibilidade de retorno do(s) filho(s) à

propriedade? () há chance de retorno () pouca expectativa de retorno () não haverá retorno

26) Como você enxerga o futuro de sua propriedade?

() será transferida para algum filho () será vendida

() será arrendada () Outro: _____

